

Este arquivo faz parte do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social, que disponibiliza para consulta a Dissertação abaixo. O exemplar impresso está disponível na Biblioteca da Universidade.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**A PÍLULA DA LONGEVIDADE
À VENDA NAA A**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**A PÍLULA DA LONGEVIDADE
À VENDA NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA**

LIA HECKER LUZ

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Steffens de Castro

Data da defesa: __/__/__

Instituição depositária:
Biblioteca Ir. José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

**Porto Alegre
2005**

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, a quem as palavras,
por mais belas, não fazem jus.*

AGRADECIMENTOS

*A vida construí com tijolos de sonho
Por isso ninguém viu
A vida que construí.*

José Reis

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar as matérias sobre saúde publicadas nas edições de janeiro a junho de 2005 da revista **Veja**, para verificar se as publicações alcançam o objetivo do jornalismo científico de traduzir conhecimentos específicos para uma linguagem acessível ao público massivo, e se apresentam os assuntos de forma contextualizada, interpretando-os. O estudo busca conhecer ainda quais são os principais temas abordados, as fontes consultadas, a ênfase e a finalidade das matérias. Para tanto, na revisão da bibliografia foram abordados os gêneros jornalísticos, no primeiro capítulo, o jornalismo especializado, no segundo, o surgimento do método científico e da ciência, no terceiro, o jornalismo científico, no quarto, e apresentado um breve histórico de Veja, no quinto. O percurso metodológico é guiado pela análise de conteúdo, como proposto por Laurence Bardin, com o auxílio da catalogação realizada com o programa Winisis, da Unesco. Através da análise dos textos publicados em Veja, verifica-se que a revista traduz e contextualiza o conhecimento científico, escolhe fontes com credibilidade e em número adequado, sendo guiada por um objetivo que norteia uma parcela expressiva das matérias de saúde: a oferta de medicamentos e produtos.

Palavras-chave: comunicação, jornalismo científico, saúde, Veja

ABSTRACT

1 the news on health ran on the editions from January to June of
2 verify if the publications reach the goal of scientific journalism of
t lge into an accessible language to the mass public, and if they
present the information in a way that is understandable to the general public.

SUMÁRIO

	p.
INTRODUÇÃO	09
1 GÊNEROS JORNALÍSTICOS	13
1.1 JORNALISMO INTERPRETATIVO.....	17
1.2 A GRANDE REPORTAGEM.....	21
2 JORNALISMO ESPECIALIZADO	25
3 CIÊNCIA	28
4 JORNALISMO CIENTÍFICO	34
4.1 HISTÓRICO.....	34
4.1.1 No Mundo.....	34
4.1.2 No Brasil.....	37
4.2 OBJETIVOS E DEFINIÇÕES.....	40
4.3 TEMAS EM DEBATE NA ATUALIDADE.....	45
4.3.1 Linguagem.....	50
4.3.2 Contextualização e Antecedentes.....	52
4.3.3 Jornalista Especializado X Jornalista Geral.....	54
4.3.4 Relação entre Cientistas e Jornalistas.....	56
4.3.5 Interesses.....	62
5 REVISTA VEJA	66
6 METODOLOGIA	68
6.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	68
6.1.1 A Pré-Análise.....	71
6.1.2 A Exploração do Material.....	73
6.1.3 Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação.....	79
6.2 WINISIS.....	81
7 RESULTADO E DISCUSSÃO	84
7.1 TEMAS DE CAPA.....	84
7.2 CATEGORIA DE TEMA.....	87
7.3 CRITÉRIO DE NOTICIABILIDADE.....	89
7.4 NÚMERO DE PÁGINAS.....	92
7.5 AUTOR DA MATÉRIA.....	94
7.6 CATEGORIA DE ENFOQUE.....	96
7.7 CATEGORIA DE FINALIDADE.....	98
7.8 NÚMERO DE FONTES CONSULTADAS.....	100
7.9 CATEGORIA DE VÍNCULO DAS FONTES.....	102
7.10 FONTES IMPESSOAIS.....	106
7.11 REFERÊNCIA A PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS.....	107
7.11.1 Medicamentos E Produtos X Ref. Pub. Científicas.....	108
7.12 USO DE FIGURAS DE LINGUAGEM.....	110
7.13 HUMANIZAÇÃO DOS RELATOS.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	124

INTRODUÇÃO

Uma das características do nosso tempo são as modificações explosivas de costumes, saberes, normas, linguagens, técnicas, modos de comportamento e, em geral, de toda a vida cotidiana. Assim também ocorre com a ciência e a medicina. As descobertas de novos tratamentos, medicamentos e, até mesmo, doenças, ocorrem em ritmo tão acelerado que o público, na maioria das vezes, não consegue acompanhar. O jornalismo científico procura preencher essas lacunas ao traduzir e contextualizar conhecimentos específicos, tendo por objetivo educar, orientar e informar o grande público sobre assuntos referentes aos cuidados com a saúde.

A educação formal, dentro de sala de aula ou mesmo nos consultórios médicos e de outros profissionais da saúde, proporciona oportunidades de aprendizado sobre o corpo, sua anatomia e fisiologia, as doenças e sua prevenção. Mas é na educação informal, por meio de jornais, revistas, rádio, TV e Internet, que fornece a maior parte das informações que as pessoas recebem sobre temas de saúde. A divulgação da ciência em veículos de comunicação possibilita a um maior número possível de pessoas o acesso às informações científicas.

Com isso, pode-se dizer que, para se ter boa saúde, não basta simplesmente se apoiar em hábitos saudáveis, como a prática de exercícios físicos e a adoção de uma dieta balanceada: é essencial estar bem informado sobre as novidades da medicina.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doenças. Para que as pessoas possam viver com as suas necessidades satisfeitas, é necessário alertá-las, ensiná-las e,

principalmente, inseri-las nos conceitos básicos da prevenção. Além das possíveis patologias que podem afetá-las, as pessoas também devem ser informadas sobre a melhor forma de tratá-las.

As notícias de saúde atraem um número cada vez maior de leitores. Com os avanços da medicina, é possível hoje encontrar medicamentos capazes de, com poucos efeitos adversos, promover a longevidade com qualidade de vida, objetivos buscados com certa obsessão na sociedade atual, onde tudo parece efêmero e instantâneo. Nesta sociedade do consumo, a saúde começa a ser oferecida como produto. A cada dia surgem em jornais e revistas medicamentos que prometem alongar ainda mais a vida, pois a luta pela sobrevivência sempre foi e será um dos nortes do ser humano no decorrer da vida.

Mas a divulgação deve ser feita de maneira clara e contextualizada, para que o público consiga entender, por exemplo, se serão benéficos os resultados de um novo tratamento ou da mudança de hábitos e comportamentos. Somente assim, poderão tomar decisões conscientes. Nem sempre a divulgação de conhecimentos específicos, entretanto, é feita de modo esclarecedor. Muitas vezes, pode gerar ainda mais dúvidas e incertezas nos leitores.

O objetivo geral deste estudo é identificar se a revista semanal Veja, escolhida por ser o veículo de mídia impressa com maior alcance no país, traduz o conhecimento científico, com seus jargões técnicos, para uma linguagem acessível ao público massivo. Além disso, busca identificar se nas matérias analisadas aparecem elementos do jornalismo interpretativo, no qual se insere o jornalismo científico, tais como a contextualização e a humanização dos relatos. Em geral, publicações como Veja não costumam humanizar as matérias, mas habitualmente contextualizam e interpretam as mesmas para facilitar a compreensão de temas referentes à saúde.

Na divulgação de temas de medicina, também é importante identificar sobre quais dos tripés da área as reportagens se baseiam: prevenção, diagnóstico, tratamento e cura ou

adaptação à doença. Em geral, o enfoque maior da mídia recai sobre as formas de tratar e curar as enfermidades, e fica pouco reservado à prevenção, ao diagnóstico e, principalmente, à adaptação do indivíduo à doença. Muitas enfermidades e condições não são passíveis de cura e os pacientes têm de conviver com elas para o resto da vida ou, ao menos, por um longo período. Esses enfoques norteiam finalidades específicas das matérias.

Um dos objetivos específicos desta pesquisa é, portanto, descobrir tanto o enfoque quanto a finalidade das reportagens. A hipótese é a de que as publicações costumam ser redigidas com o objetivo de abordar as novidades no tratamento, em especial as relativas a lançamentos da indústria farmacêutica. Além disso, este estudo busca conhecer o número de fontes consultadas por matérias e a vinculação dessas fontes e investigar se a revista *Veja* mantém jornalistas especializados em saúde, em sua Redação.

Durante o período de coleta de dados e investigação, foram surgindo indagações, às quais deram origem aos problemas de pesquisa: o que ocorre na sociedade atual que faz com que temas de saúde ganhem a capa da revista semanal de maior circulação no país; qual a relação da indústria farmacêutica com a imprensa; quais os interesses de *Veja* em publicar matérias sobre novidades da indústria farmacêutica, citando o nome comercial dos lançamentos; quais as vantagens e as desvantagens em se manter um repórter especializado na Redação, entre outros. Embora tenham servido de fios condutores para a pesquisa, muitos desses questionamentos seguem sem uma resposta definitiva, necessitando serem estudados mais a fundo.

Para que os objetivos de pesquisa fossem alcançados, ela foi dividida em sete capítulos. No primeiro, são abordados os gêneros jornalísticos, com ênfase no interpretativo e na grande reportagem, objetos deste estudo. O segundo trata do jornalismo especializado, caracterizado pela cobertura de assuntos determinados e em função de certos públicos, como o jornalismo científico. O terceiro capítulo apresenta um breve histórico da ciência, partindo

da visão de um mundo orgânico, espiritual e encantado que foi sendo substituída pela noção de um mundo-máquina, em virtude das mudanças da física e da astronomia, até chegar ao advento da experimentação científica, que levou ao desenvolvimento do método científico.

O quarto capítulo é dedicado ao Jornalismo Científico, com aspectos históricos da área, no mundo e no país, incluindo objetivos e definições, bem como sobre, e os temas em debate na atualidade, como a relação entre cientistas e jornalistas e os interesses que se vislumbram por detrás das notícias. No quinto capítulo é apresentado um breve histórico do surgimento de *Veja*, escolhida como objeto de pesquisa por ser a revista semanal de maior circulação do país. A sexta parte é dedicada à metodologia de análise de conteúdo, técnica de pesquisa que busca descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos, proposta por Bardin, e à apresentação do programa WINISIS, utilizado como base de dados e operador informatizado para o tratamento dos dados levantados na catalogação dos mesmos. A sétima parte é reservada à análise dos dados.

A divulgação científica ainda está aquém do desejado, mas vale ressaltar que este trabalho se propõe a analisar matérias sobre saúde publicadas na principal revista semanal do país. Há algumas décadas, talvez não fosse possível realizar essa pesquisa. Hoje, entretanto, muitas das matérias relacionadas à saúde são elevadas, inclusive, a assuntos de capa na publicação.

1 GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Antes de mergulhar no oceano do estudo dos gêneros jornalísticos, é necessário entender algumas definições do jornalismo e conhecer os objetivos a que ele se propõe para compreender o *por quê* e *como* o jornalismo se divide nos seus diferentes gêneros.

A palavra *jornalismo*, segundo Bond (1959), significa todas as formas nas quais e pelas quais as notícias e seus comentários chegam ao público. Hodgins, outro teórico, fornece uma definição mais completa do termo, inserindo a figura do emissor e do receptor em seu conceito e detalhando o modo pelo qual a notícia deve chegar de um extremo ao outro, isto é, do acontecido ao consumidor: “Jornalismo é a transmissão de informação, de um ponto a outro, com exatidão, penetração e rapidez. Numa forma que sirva à verdade e torne aquilo que é certo evidente aos poucos, quando não imediatamente” (HODGINS apud BOND, 1959, p. 1).

Bahia (1990) define jornalismo como um conjunto de tarefas, que se inicia com apuração, reunião e seleção, para com a difusão de notícias, idéias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez. Para o autor, a missão do jornalista é buscar o conhecimento e, mais importante, divulgá-lo. A missão do jornalismo não estará completa somente no agrupamento de dados. É preciso que o profissional dê continuidade ao processo da comunicação e divulgue as informações para alcançar os objetivos do jornalismo de informar, interpretar, orientar e divertir o público. Pela definição dos autores, conclui-se que o jornalismo só se encerra após a apuração, a organização e a divulgação de dados, ficando incompleto e não atingindo seu objetivo nos casos em que não

cumpra essas tarefas.

Em detrimento desse propósito de assegurar ao público a informação, Bond (1959) apresenta quatro razões fundamentais de ser do jornalismo: informar, interpretar, orientar e entreter. Já para Lima, “o jornalismo, enquanto segmento da comunicação de massa, exerce a função aparente de informar, explicar e orientar. As funções subjacentes são muitas, variadas, incluindo-se no rol a função econômica, a ideológica, a educativa, a social e outras” (1995, p. 20).

A imprensa, de fato, atende diferentes necessidades dos leitores, conforme sustenta o autor. A partir desses objetivos e funções primárias e secundárias do jornalismo é que se derivam os seus diferentes gêneros. Conforme Reynaga (1978), a comunicação de massa pode ser dividida fundamentalmente em duas grandes áreas: a informativa e a de opinião. Essa divisão em apenas dois blocos proposta pelo autor é criticada por outros teóricos por ser considerada bastante dúbia. Algumas reportagens e matérias que apresentam a contextualização dos temas e fazem projeções futuras podem ser definidas tanto como informativas quanto opinativas, gerando confusão e falta de clareza na divisão dos gêneros.

De acordo com essa divisão, no *jornalismo informativo* o profissional leva a informação ao público de forma objetiva, sem emitir juízo de valor ou opinião. No conceito de Lima (1995), o papel do jornalismo informativo é informar e orientar o público de maneira rápida, clara, precisa, exata e objetiva. Essa objetividade informativa surge em fins do século XIX, cabendo aos jornalistas, no período, refletir sobre os fatos de forma linear, sem realizar interpretações, adjetivações e valorações, atividades essas que cabiam exclusivamente aos editorialistas.

Já o *jornalismo opinativo* caracteriza-se pela manifestação de um ou mais pontos de vista. O profissional tem a liberdade de opinar sobre aquilo que escreve. É no *editorial* que o gênero opinativo encontra sua melhor expressão.

rodeio ou cerimônia, é no texto dessa natureza que o veículo expõe sua opinião em relação a um determinado assunto (MELO, 1993).

Apesar de ter apresentado a divisão da comunicação de massa em duas áreas fundamentais, Reynaga (1978) discute essa divisão. O esquema proposto tem sido questionado por autores de diversas tendências. Segundo Reynaga, não é possível existir uma informação pura, sem qualquer inserção de opinião, pois “a informação, como forma prática da notícia, está carregada de conteúdo político e ideológico, e responde a interesses e objetivos determinados” (1978, p. 7).

O profissional, por mais que tente se aproximar da objetividade, ainda será subjetivo. No momento em que escolhe noticiar um fato em detrimento de outros, já estará mostrando a face da subjetividade, mesmo que com discrição. Além disso, o repórter é um ser humano que carrega consigo valores, crenças e ideologias. Apesar dessa realidade, é possível que muitas notícias sejam apresentadas de forma imparcial, sendo consideradas apenas informativas.

Por outro lado, Reynaga defende não existir a opinião de forma pura e absoluta. Esta, segundo o autor, também desempenha um perfil informativo, pois reflete dados e situações. A opinião, no entanto, pode ser mais facilmente identificada em editoriais, artigos e crônicas, por aparecer de forma mais explícita. O editorial é um artigo que exprime a opinião do órgão jornalístico. Já o artigo contém comentários ou teses fundados em visão pessoal, assim como a crônica. Esta última, no entanto, é um gênero híbrido que oscila entre a literatura e o jornalismo.

No final da década de 1950, no entanto, começou a praticar-se na comunicação de massa dos países desenvolvidos uma posição intermediária entre o jornalismo informativo e o de opinião. O *jornalismo interpretativo* tinha o propósito inicial de dar à notícia uma identidade, um crédito, um nome (REYNAGA, 1978). Foi nesse período que as matérias, antes anônimas, passaram a ganhar uma assinatura. Esse requerimento, de mencionar o nome

do autor, dava ao jornalista a liberdade de opinar - sem emitir juízo de valor - em seu nome ou de outrem, sobre o assunto objeto da informação. “Assim, nasceu e começou a fortalecer-se nos meios mais avançados de comunicação social o jornalismo interpretativo, ou seja, a interpretação responsável da notícia” (REYNAGA, 1978, p. 7).

Com o surgimento do gênero interpretativo, o jornalismo passou a dividir-se em três gêneros principais: interpretativo, informativo e opinativo. Erbolato (2001) separa os três aspectos da divulgação de um fato da mesma maneira – informação, interpretação e opinião –, mas aponta existirem autores que resistem à prática do *jornalismo interpretativo* por alegar que, com ele, pretende-se transmitir aos leitores opiniões disfarçadas em forma de análises e interpretações. Ele defende que a delimitação entre interpretação e opinião praticamente inexiste. Na visão do autor, não haveria uma linha divisória entre um e outro, uma vez que o jornalismo não é uma ciência exata, que se utiliza de calibradores ou de régua de cálculo. No entender dele, também é difícil enxergar as diferenças dos gêneros interpretativo e informativo:

Nenhum jornalista duvida que interpretar objetivamente é mais difícil do que informar, já que, no processo de pesquisa, de investigação e de análise dos acontecimentos, os fatores subjetivos têm mais oportunidade de se manifestar do que quando simplesmente são descritos os fatos. Contudo, a simples informação, às vezes, também é difícil de ser redigida, dentro da rigorosa objetividade (ERBOLATO, 2001, p. 35).

De fato, não é tarefa fácil circunscrever determinada matéria ou assunto em somente um gênero. Na definição de Erbolato, *interpretação* significa, até certo ponto, mostrar o que está debaixo da superfície. A meta do jornalismo interpretativo é levar a informação ao público com clareza e ilustração, oferecendo-lhe todos os elementos da notícia, mas sem dirigir ou condicionar sua opinião – funções que cabem exclusivamente ao jornalismo opinativo.

Apesar da dificuldade em delimitar os gêneros jornalísticos, pode-se afirmar que o *jornalismo informativo* tem por objetivo levar a informação clara e objetiva ao público; o

interpretativo, interpretar e analisar os dados para que o receptor entenda a informação em seu contexto; e o *opinativo*, por fim, emitir uma opinião e conduzir o leitor por um determinado caminho.

Os gêneros do jornalismo informativo são a crônica, a entrevista e a nota informativa; do jornalismo de opinião, o editorial e os artigos; e do jornalismo interpretativo, as grandes reportagens.

Após essa sucinta delimitação dos gêneros, é possível seguir para o aprofundamento do gênero interpretativo, que se configura como um dos principais objetos de estudo deste trabalho.

1.1 JORNALISMO INTERPRETATIVO

Diversos fatores contribuíram para o nascimento do jornalismo interpretativo, em especial, a multiplicação dos meios informativos, um fenômeno do século XX. No início daquele século, a televisão, a Internet e o rádio ainda não existiam. Até fins da Primeira Guerra Mundial, os jornais impressos não encontravam concorrentes. Eram soberanos na divulgação de notícias. Até que, no ano de 1920, surgiu a radiodifusão nos Estados Unidos e, em 1923, foi publicada naquele país a primeira revista noticiosa semanal, a Time, que trazia notícias em profundidade, apresentando a interpretação e a análise dos fatos.

Entre as duas guerras mundiais, os filmes cinematográficos também entraram no mercado jornalístico, ao levar à tela determinada classe de notícias. A televisão, por sua vez, intensificou-se logo após o término do último conflito, em 1945. Dessa forma, na entrada da década de 1950, a imprensa, antes detentora de um monopólio, passou a sofrer a ameaça de diversos outros meios (ERBOLATO, 2001), como o cinema e a televisão.

Após a Primeira Guerra Mundial, as necessidades do público também mudaram. Os leitores já não queriam mais apenas aquela simples informação, desprovida de um contexto. Desejavam notícias completas, que fossem capazes de esclarecer o que os fatos significavam. Os diretores de jornais, ao examinarem seus produtos, frente a essas novas necessidades do público, deram-se conta de que algo lhes faltava. Esta carência ficou ainda mais clara em 1923, com o nascimento da Time, criada por dois jovens de pouca experiência jornalística, porém de enorme visão. A revista foi fundada para mostrar o alcance das notícias, sua interpretação, suas implicações e suas novas dimensões. Muitos dos primeiros esforços jornalísticos para oferecer uma notícia em profundidade concretizaram-se na coluna interpretativa, na qual especialistas procuravam oferecer sua opinião autorizada sobre um fato, além de apresentar seus antecedentes (ERBOLATO, 2001).

O surgimento da televisão trouxe outras necessidades e provocou mudanças no jornalismo impresso. Na luta contra o jornalismo falado e suas imagens no vídeo, os jornais impressos tiveram que encontrar atrativos para continuarem vivos e agradando ao público. As notícias superficiais, que se limitavam a narrar os acontecimentos, já não eram competitivas nesse cenário, pois ofereciam muito pouco ao leitor, que possivelmente já as havia visto ou escutado no rádio ou na televisão. O jornal impresso teve de adaptar-se e as notícias sofreram alterações em sua estrutura, conforme relata Erbolato:

O recurso foi dar ao leitor reportagens que sejam complemento do que foi ouvido na rádio e televisão. Adotou-se, para isso, a pesquisa, tendo como fonte os arquivos dos jornais e as bibliotecas e, ao lado deles, a obtida através da movimentação de equipes de repórteres, que coligem dados secundários ou que ocorreram concomitantemente com o fato principal (ERBOLATO, 2001, p. 30).

Não bastava mais responder apenas às questões básicas do *lead* de uma notícia – quem, que, quando, onde, como e por que –, pois a TV já as satisfazia de forma mais atraente. Era preciso avançar e “buscar circunstâncias mais profundas, como a dimensão, a remissão e a explicação dos fatos” (DINES apud ERBOLATO, 2001, p. 27).

A partir da Primeira Guerra Mundial e, de maneira mais acentuada, após a Segunda, o repórter não somente precisava responder às perguntas do *lead* clássico, como tinha de buscar as raízes do *por quê* e responder a uma nova pergunta, o *para quê*, ou seja, era preciso contar com os antecedentes e conseqüências dos acontecimentos. Essa tendência configurou o jornalismo interpretativo, “o que chega até o miolo da informação, o que tira radiografias dos acontecimentos e não permanece unicamente na superfície” (REYNAGA, 1978, p. 19).

John Hohenberg descreve o cenário do surgimento do jornalismo interpretativo nos Estados Unidos da seguinte forma:

Há muito tempo os sagazes diretores de jornais chegaram à conclusão de que a falta de compreensão fundamental por parte do público era uma das principais razões do decrescente interesse em ler notícias. Foi por isso que, antes do conflito 1939/1945, surgiu a tendência de se explicarem as notícias, para se dizer o que havia atrás dos acontecimentos e mostrar por que eles ocorriam. Porém, somente a partir da Segunda Guerra Mundial é que foi aceito, de maneira geral, o jornalismo de interpretação.

acontecimentos, levando em conta os antecedentes das ocorrências, suas repercussões e suas conseqüências. Em suma, é levar ao leitor a notícia carregada de seu lado histórico.

Segundo Beltrão, “a interpretação jornalística consiste no ato de submeter os dados recolhidos no universo das ocorrências atuais e idéias atuantes a uma seleção crítica, a fim de proporcionar ao público os que são realmente significativos” (1980, p. 12). Dessa forma, para o autor, a própria escolha dos assuntos que merecem virar uma grande reportagem caracteriza-se como uma das missões do jornalismo interpretativo.

Nas palavras de Lima, o jornalismo interpretativo “busca não deixar a audiência desprovida de meios para compreender o seu tempo, as causas e as origens dos fenômenos que presencia, suas conseqüências no futuro” (1995, p. 25).

Por fim, para Garcia,

jornal não adivinha nem é oráculo. No entanto, está nas suas atribuições somar dois e dois e chegar a quatro. E saber usar a memória. A receita de uma boa matéria interpretativa não passa disso: acrescentam-se aos fatos do dia comportamentos anteriores, leis e regulamentos que se aplicam ao tema, posições e opiniões conhecidas de pessoas ou instituições que, sem ligação imediata, com os fatos, serão por eles afetadas, etc. (1999, p. 46).

Agrupando-se esse conjunto de definições, de diferentes autores, sobre *jornalismo interpretativo*, tem-se que esse gênero aprofunda-se na análise das ocorrências e tenta complementá-las com matérias paralelas, buscando seus antecedentes, suas conseqüências, oferecendo ao leitor uma visão mais abrangente dos fatos. Em síntese, no jornalismo interpretativo, o repórter responde ao *por quê* e ao *para quê*, chegando à essência dos acontecimentos. Tudo isso sem que seja emitido qualquer juízo de valor. Dessa forma, por meio do *jornalismo interpretativo*, com suas técnicas de remissão ao passado, interligação de dados e dimensão comparada, entre outros, o leitor recebe todos os elementos da realidade e, ele próprio, pode fazer sua interpretação e análise.

Essa prática de interpretar, analisar e explicar as notícias em profundidade tornou-se imprescindível em nossa época. A vida tem se tornado tão complexa, e seus interesses tão

diversos que até mesmo os especialistas ficam confusos em seu próprio campo de conhecimento. O leitor de hoje precisa ser guiado pelos caminhos difíceis das notícias econômicas, científicas, políticas etc. O jornalismo da atualidade deve fazer com que chegue ao seu público, além da notícia, de um fato, de um acontecimento, ou de uma teoria, também suas explicações e interpretações, sob vários pontos de vista (BOND, 1959).

Para satisfazer todas as exigências desse leitor contemporâneo, o jornalismo interpretativo encontrou terreno fértil na reportagem, o instrumento mais completo e impactante da mensagem jornalística.

1.2 A GRANDE REPORTAGEM

A matéria-prima do jornalismo é a notícia, que pode ser definida como a narração de um acontecimento. O fato, por mais assombroso que seja, se não for divulgado, não será notícia. Em suma, a notícia não é o acontecimento em si, mas o relato do mesmo. O instrumento básico para a matéria jornalística é a reprodução desses fatos ou acontecimentos sociais, que poderão ser mais ou menos importantes, de acordo com alguns critérios. Bond (1959) sugere quatro principais fatores que determinam o valor da notícia: oportunidade (o leitor quer que a notícia seja nova), proximidade (o leitor considera mais interessante um pequeno acontecimento próximo do que um outro, mais importante, porém, distante), tamanho (o muito pequeno e o muito grande atraem a atenção) e importância (a notícia tem de ser significativa). Nem todas as notícias têm peso ou importância para serem transformadas em grandes reportagens, mas todas as grandes reportagens têm origem em uma notícia, ou melhor, num fato que mereça ser publicado.

Assim, o primeiro passo do jornalismo interpretativo é identificar aquelas notícias de maior valor, que despertam interesse e importam a um maior número de leitores, para, em

seguida, identificar aquelas que, devido à proximidade no tempo, número e qualidade das pessoas envolvidas, mereçam ter destaque (BELTRÃO, 1980).

Não há regra específica para definir que notícias devem ser caracterizadas como grande reportagem. Alguns temas, porém, ao longo do tempo, têm-se mostrado de grande interesse do público. Do mesmo modo, é possível apontar algumas características que fazem simples acontecimentos se tornarem assuntos a serem desenvolvidos em grandes reportagens. Como exemplos de temas que costumam despertar o interesse humano, podemos destacar o pitoresco, o muito pequeno ou mesmo o muito grande e, nessa mesma linha, inclui-se, também, o novo e o incomum. A novidade, a originalidade e a incongruência sempre atraíram a atenção do público, pois tudo que se afasta do esperado fascina. As variações das normas, freqüentemente, divertem. As notícias de pessoas ou de animais que emocionem vêm sob o rótulo de interesse humano. As histórias que apelam para as chamadas emoções primárias, como o amor, a piedade, o horror, o medo, a simpatia, o ciúme e o sacrifício, sempre poderão render boas reportagens.

Portanto, a luta do homem pela sobrevivência, as grandes tragédias e as catástrofes naturais facilmente ganham volumosas páginas nos jornais impressos, assim como as novidades científicas, os avanços da medicina, as medidas econômicas que afetam um país, e os perfis de pessoas públicas ou de lugares.

Mas é preciso criatividade, perspicácia e muita pesquisa documental para transformar uma matéria em grandes reportagens. Apesar de o cotidiano de uma cidade, a economia, o esporte, a ciência, o universo ou a religião, dentre outros, serem fontes inesgotáveis de informação, não é tarefa fácil encontrar uma pauta que renda ser feita em profundidade. Escolher ou descobrir um tema que agrada leitores e contribuirá para a melhoria da sociedade é a grande missão do jornalista, pois cabe a ele selecionar aquelas ocorrências noticiáveis que merecem uma investigação mais detida de suas origens, seus desdobramentos

e suas repercussões.

Para Bahia (1990), este salto da notícia para a reportagem se dá no momento em que é preciso ir além da simples notificação, quando a notícia se situa no detalhamento, no questionamento de causa e efeito, na interpretação e no impacto, adquirindo uma nova dimensão narrativa e ética.

Para esses temas que requerem uma abordagem mais ampla, devido ao seu valor, o jornalismo desenvolveu a grande reportagem, “uma forma de mensagem mais rica, cujo teor procura redimensionar a realidade sob um horizonte de perspectivas onde não raro existem várias dimensões dessa mesma realidade” (LIMA, 1993, p. 10).

Para Bahia (1990), a reportagem propõe ao jornalismo um grande avanço, na medida em que só se realiza com a multiplicidade de versões, de ângulos, de indagações. Na sua estrutura, a reportagem não se limita a uma notícia, mas a várias notícias. Para desenvolvê-la, o jornalista precisa mergulhar fundo no tema que investiga. A reportagem significa, segundo Lima, um certo grau de extensão e/ou aprofundamento do relato, quando comparado à notícia, e ganha classificação de grande reportagem quando o aprofundamento é extensivo e intensivo. Em particular, ganha esse *status* quando incorpora, à narrativa, elementos que possibilitam a compreensão do tema no tempo e no espaço, conforme defende Bahia:

Ela pode ser meramente exaustiva ou excessivamente exaustiva na exploração de todas as disponibilidades de um acontecimento. Ela pode mergulhar num mar de assuntos cinzentos e obscuros para obstinadamente trazer à luz uma visão incisiva e crítica que facilite um julgamento. Ela pode reunir tantos indícios e consistências que permitam um conhecimento adequado das coisas (BAHIA, 1990, p. 51).

Para Erbolato (2001), é imprescindível a apresentação dos antecedentes e a humanização do relato na reportagem em profundidade. Ao buscar os antecedentes, o repórter dá as primeiras largas passadas na fuga do superficialismo, característica do jornalismo informativo. Mostrar aquilo que aconteceu antes do fato é adicionar informações

complementares às notícias do dia. Pode-se tratar de uma história antiga ou atual a ser acrescida, mas que dê perspectiva ao leitor.

A humanização busca aproximar o leitor da informação para torná-la mais compreensível. Leva-se a informação até o ambiente do leitor, de maneira que ele a sinta e a entenda. ~~H~~umanizar

2 JORNALISMO ESPECIALIZADO

As técnicas do jornal se internacionalizaram, passando a não diferir substancialmente de um lugar para outro. O mesmo pode ser afirmado, segundo Bahia (1990), em relação aos diferentes campos de atuação e cobertura do jornalismo. Temas como ciência, política, desenvolvimento urbano, qualidade de vida, meio-ambiente, educação, direitos humanos, saúde, emprego e esportes raramente deixam de convergir para um tratamento comum. Dessa forma, pode-se afirmar que não existem, enquanto sistemas independentes, o jornalismo esportivo, o político, o econômico ou o científico. O denominado *jornalismo especializado* não se configura por utilizar técnicas e normas distintas, pois se caracteriza tão somente pela cobertura de assuntos determinados e em função de certos públicos. Bahia define o jornalismo especializado da seguinte maneira:

A apresentação da notícia tende a considerar ângulos de interesse através de uma fórmula de alcance comum. É o que caracteriza o jornalismo de assuntos gerais em que a informação desloca-se do particular para o coletivo. A especialização acrescenta a essa concepção o caráter seletivo que restringe o âmbito, mas amplia a sua compreensão na medida em que se esgota nele (1990, p. 214).

Já Costa Bueno (2005) faz uma distinção do jornalismo dito geral e do especializado. Reconhece que ambos respeitam um mesmo sistema de produção, com atributos comuns, mas destaca que a área de cobertura, seja a econômica, a ambiental ou a científica, condiciona perfis, discursos, linguagens e até públicos de interesse. Na prática, há inúmeras peculiaridades capazes de tornar a produção de uma matéria sobre saúde muito distinta de uma sobre esporte, por exemplo. Embora reconheça haver autores que julgam ser inadequado postular uma condição especial ao jornalismo científico, Costa Bueno argumenta haver

singularidades importantes nessa área, como um “ethos”, uma alma e um DNA próprios. O jornalismo científico reinterpreta os fatos da ciência. Por tratar desses temas, tem uma relação estreita com muitos outros jornalismo especializados, como o agropecuário, o de saúde e o ambiental.

O jornalismo especializado, de forma geral, é uma necessidade social, pois resulta do próprio desenvolvimento das relações em sociedade. Ele aperfeiçoa-se paralelamente à evolução dos meios de produção, das tecnologias industriais, das aquisições culturais, das pesquisas e experiências científicas (BAHIA, 1990). Assim, o jornalismo econômico é fruto do mundo globalizado, com seus mercados de ações e trocas cambiais; o esportivo ganha força com a proliferação de modalidades esportivas e a própria profissionalização do esporte; já o jornalismo médico acompanha os avanços da área.

Embora a ciência ainda não tenha encontrado respostas para prevenir, tratar e curar muitas enfermidades, as pesquisas têm ajudado a compreender cada vez mais as doenças. A busca de vacinas capazes de conter os avanços da Aids e impedir a transmissão do HIV, por exemplo, continuam sendo desafios para os pesquisadores. Mas, por outro lado, desde o surgimento da doença já foram desenvolvidos medicamentos capazes de prolongar a sobrevivência de pacientes. O mesmo pode ser afirmado em relação ao câncer, doença que continua causando mortes e desafiando a ciência. Mas, nas últimas décadas, a medicina evoluiu muito, encontrando formas de conter e, até mesmo, combater os tumores, dependendo do caso. Graças aos avanços, um diagnóstico precoce de câncer deixou de ser recebido, necessariamente, como uma sentença de morte.

A redação científica é um dentre os novos tipos de comunicação especializada que evoluíram no século XX – e continuam a evoluir. Esse segmento do jornalismo consiste em difundir ao grande público os resultados da investigação científica e técnica, com a peculiaridade de levar à linguagem de todos o que foi concebido e elaborado em uma

linguagem de poucos, pois não se pode divulgar ciência e tecnologia sem levar em consideração que existe do outro lado uma pessoa, às vezes, mal preparada para assimilar as informações deste campo do conhecimento (HERNANDO, 1992).

É importante destacar que o jornalismo científico não se restringe somente às ciências exatas e nem sempre as reportagens assim denominadas são calcadas na matemática, na biologia, na objetividade, nos números e nos laboratórios (SUPERINTERESSANTE, 2002). As notícias podem ser tanto sobre a física e as leis do universo quanto sobre o comportamento animal e a psicologia humana. Os pensamentos e os sentimentos podem encantar ao leitor tanto quanto os átomos e as moléculas. O jornalismo científico deve situar-se entre a ciência e o público para explicar o que os indivíduos, no seu renovado interesse de compreender o universo, a sociedade, a medicina e a si mesmo, desejam e têm interesse em saber.

3 CIÊNCIA

A primeira interpretação que o homem deu à natureza estava associada com o divino. E, durante muitos anos, essa noção de divino inibiu o homem de questioná-la. Segundo Meis (2002), as primeiras ciências exatas, nas quais o homem testa a validade de suas idéias e observações, surgiram sob o conceito do prático. A matemática, diz ele, parece ter surgido da busca dos artesões por soluções práticas.

Dessa forma, ressalta o autor, em paralelo à ciência associada à divindade e que ambicionava explicar o grande esquema do Universo, havia uma outra ciência, despreocupada com esses mistérios, mas que buscava soluções úteis e se baseava no princípio do funciona-ou-não-funciona.

No século 600 a.C., a importância do divino modificou-se quando surgiram na Grécia os filósofos chamados de naturalistas, questionando a premissa de que a natureza só poderia ser interpretada pelos deuses. Os filósofos, pela primeira vez, postularam que as causas de muitos dos fenômenos naturais podiam ser deduzidas com a observação e a lógica.

Com o advento da filosofia grega, e a mudança na forma de se buscar uma interpretação para os fatos, surgiu uma nova forma de lidar com o desconhecido: além do conceito prático do funciona-ou-não-funciona praticado pelos artesões, e da explicação divina dos sacerdotes, aparecia o conjunto de observações e interpretações lógicas introduzido pelos filósofos, que permitia explicar fenômenos menores da natureza, passíveis de serem analisados pela mente humana.

Os chamados experimentalistas buscavam comprovar a interpretação lógica dos fenômenos naturais. Com eles, a prática do funciona-não-funciona era afinal incorporada na forma de pensar dos que procuravam entender as causas dos fenômenos naturais. Leonardo da Vinci (1452-1519) e Galilei Galileu (1564-1642) foram pioneiros desse movimento.

O grande mestre renascentista Leonardo da Vinci registrou seus estudos sobre ciência em cadernos que incluíam em torno de 13 mil páginas de notas e desenhos. Ele tentou entender os fenômenos descrevendo-os com detalhamento, não enfatizando experiências ou explicações teóricas. Ao longo de vida, chegou a planejar uma enciclopédia baseada nesses estudos sobre várias áreas do conhecimento.

Da Vinci participou de autópsias, produzindo ilustrações anatômicas detalhadas. Ao redor do ano 1490, realizou um estudo das proporções humanas baseado no tratado do arquiteto romano Vitruvius. Nasceu o *Homem Vitruviano*, que se tornou um dos trabalhos mais famosos. Considerado frequentemente como um símbolo da simetria básica do corpo humano, o desenho descreve uma figura masculina desnuda separadamente e simultaneamente em duas posições sobrepostas com os braços inscritos em um círculo e um quadrado.

Considerado o primeiro grande gênio da ciência moderna, Galileu valorizou a técnica, a experimentação e a descrição do que se passava no mundo. Em vez de procurar os “porquês”, interessou-se pelo “como” os fenômenos aconteciam, descrevendo-os e procurando descobrir as relações entre eles.

No campo da Astronomia, foi o primeiro homem a observar o céu com um telescópio. Com o instrumento, concluiu que os astros não eram constituídos por substâncias diferentes das encontradas na Terra e que tampouco eram perfeitos, apresentando manchas e rugosidades. Ardente defensor do sistema heliocêntrico proposto por Copérnico, segundo o

qual os planetas giravam em torno do Sol, Galileu foi perseguido e condenado pela Inquisição.

Outro cientista importante foi o filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), que contestou publicamente o uso exclusivo da lógica e enfatizou a necessidade da experimentação para a interpretação dos fenômenos naturais. A nova forma de pensar chegou à sua forma completa e cristalizou-se, finalmente, na obra do filósofo, matemático e biólogo francês René Descartes (1596-1650) intitulada *O Discurso sobre o método*, publicada em 1636.

Preocupado com a necessidade da certeza, Descartes, tal como seus antecessores, rompeu com Aristóteles e a escolástica e propôs nova filosofia em que a observação e a interpretação fossem legitimadas pela demonstração. O método cartesiano consistia em duvidar de cada idéia que podia ser duvidada: só se pode dizer que existe aquilo que pode ser provado. São quatro as tarefas básicas para isso: verificar se existem evidências reais e indubitáveis acerca do fenômeno; analisar, ou seja, dividir ao máximo os fenômenos, em suas unidades de composição fundamentais, e estudá-los; sintetizar, ou seja, agrupar novamente as unidades estudadas em um todo verdadeiro; e enumerar todas as conclusões e princípios utilizados, a fim de manter a ordem do pensamento.

Portanto, pode-se afirmar que, a prática da ciência, como se conhece hoje, se iniciou no século XIV, na combinação de movimentos como a Renascença e a Reforma, na Europa, que favoreceu uma profunda mudança na maneira como o homem via a si mesmo e o mundo em que vivia.

A visão de um mundo orgânico, vivo, espiritual e encantado que predominou no século XVI, passou a ser substituído pela noção de um mundo-máquina, em virtude das mudanças na física e na astronomia, ocorridas depois de Copérnico, Galileu e Newton. Essa visão de mundo-máquina deu origem ao método de investigação científica defendido por

Francis Bacon, que descrevia matematicamente a natureza e foi denominado por “indução científica”. Tal abordagem sobreviveu aos critérios importantes das teorias científicas, ainda adotadas hoje. Apesar do reconhecimento de que a mentalidade moderna tem suas raízes fincadas na astronomia, Descartes cria a ciência moderna, sustentada no racionalismo, tendo como base a razão, para a compreensão dos fenômenos do mundo.

O método científico lançado por Francis Bacon afastou o empirismo e o sobrenatural, propondo que, para conhecer a natureza era preciso observar os fatos, classificá-los e determinar suas causas. A descrição do método científico foi, talvez, um dos maiores eventos da história do homem, liberando-o do medo imposto por divindades quiméricas.

Se condensássemos os 100 mil a 150 mil anos de nossa existência em um dia, teria sido somente há cerca de 25 minutos que os filósofos gregos se deram conta de que forças sobrenaturais não são a causa de todos os fenômenos da natureza e somente há 4 ou 5 minutos descobrimos que nossa lógica é falha e precisa ser testada (MEIS, 2002, p. 33).

Com a instauração do método científico, que tornou a descoberta muito mais eficiente e confiável, iniciou-se a institucionalização da ciência. Segundo Meis e Leta (1996), a ciência passou a florescer nas universidades européias e norte-americanas, e surgiram as primeiras sociedades, academias e associações de pessoas interessadas no entendimento dos fenômenos naturais.

A primeira academia a ser fundada foi a *Secretorum Naturae*. Criada por Baptista della Porta, em Nápoles, na Itália, em 1560, foi fechada pela Inquisição em 1615. A primeira a persistir até o presente foi a *Accademia Nazionale dei Lincei*, fundada em 1603 pelo nobre Frederico Cesi, em Roma. Seu prestígio cresceu enormemente com a filiação de Galileu Galilei, em 1611.

Um pouco mais tarde, por volta de 1645, um grupo de estudiosos na Inglaterra passou a se reunir regularmente para almoçar e discutir questões filosóficas. Num desses encontros, surgiu a proposta de organizar um colegiado para promover estudos experimentais de matemática e física, seguindo a nova metodologia fundamentada em observação e experimentação advogada por sir Francis Bacon. Este colegiado foi oficialmente licenciado pelo rei Charles II em 15 de julho de 1662, com o título de Royal Society.

Já a Academie des Sciences surgiu como uma subdivisão da Academia de França, criada pelo cardeal Richelieu, em 1635. Ela dedicava-se, em particular, às letras. Em 1666, o ministro Jean-Baptiste Colbert, do rei Luís XIV, ofereceu a biblioteca de sua casa para abrigar os acadêmicos interessados na ciência. Posteriormente, o rei Luís XIV oficializou a Academia de Ciências em decreto real e transferiu sua sede para o Louvre.

Nos Estados Unidos, a Academia Americana de Artes e Ciências (American Academy of Arts and Science) surgiu em 1780, com sede em Boston. Em 1863, o presidente Abraham Lincoln criou a Academia Nacional de Ciências (National Academy of Science).

Segundo Meis (2002), no Brasil a primeira instituição a caracterizar interesse pela ciência foi o Museu Nacional, fundado em 1818, no Rio de Janeiro, com o propósito de propagar o conhecimento, promover estudos nas ciências naturais e conservar material digno de observações. A primeira instituição de pesquisa que mostrou à sociedade a importância da ciência foi o Instituto Oswaldo Cruz. Fundado no Rio de Janeiro em 1900 com o nome de Instituto Soroterápico Federal, era destinado especificamente à fabricação de soro e vacina contra a peste, mas outros temas de pesquisa, como hematologia, bacteriologia, virologia e imunologia, foram sendo adotados. Já em 1909, o instituto havia assumido tarefas que hoje caracterizam a moderna universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Já a Academia Brasileira de Ciências foi criada em 1916. De início, a entidade abrangia apenas três seções: Ciências Matemáticas, Ciências Físico-Químicas e Ciências Biológicas. Seu principal objetivo era estimular a continuidade do trabalho científico dos seus membros, o desenvolvimento da pesquisa brasileira e a difusão da importância da ciência como fator fundamental no desenvolvimento tecnológico do país. Atualmente, reúne seus membros em dez áreas especializadas: Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências da Terra, Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências da Engenharia e Ciências Humanas.

Segundo Meis e Leta (1996), a produção maciça de novos conhecimentos, verificada a partir do século XIX, não ocorreu de maneira uniforme no mundo. O processo de institucionalização da pesquisa científico-tecnológica no país iniciou-se, basicamente, no século XX, cerca de dois séculos depois da Europa e dos EUA.

De acordo com os autores, os países que geraram a revolução científica continuam sendo responsáveis pela maior parte das novas descobertas feitas a cada ano. “Atualmente o conhecimento cresce de tal forma que o indivíduo se vê impossibilitado de acompanhar mais do que um aspecto muito especializado do conhecimento disponível” (MEIS, 2002, p. 132).

O mesmo descompasso ocorreu em relação ao surgimento da divulgação científica. Embora ainda de forma incipiente, o jornalismo científico se iniciou a partir de meados do século XVII, na Inglaterra e na Alemanha. No Brasil, se tornou uma prática costumeira somente no século XX, com o trabalho do médico e jornalista José Reis.

4 JORNALISMO CIENTÍFICO

4.1 HISTÓRICO

4.1.1 No Mundo

A redação científica se iniciou no século XVI, quando os primeiros cientistas se defrontaram com a censura da Igreja e do Estado, e passaram a se encontrar às escondidas para informarem uns aos outros sobre suas descobertas. “Das reuniões desses grupos de elite, que compreendia nobres, eruditos, artistas e mercadores, brotou a tradição da comunicação aberta e oral sobre assuntos científicos” (BURKETT, 1990, p. 27).

Como gênero literário, no entanto, a divulgação da ciência teve início no século XVII, embora a ânsia de saber estivesse na condição humana desde a aparição da história. Conforme Hernando (1999-b), grandes homens perceberam cedo a importância da difusão do conhecimento, como Leonardo da Vinci (1452-1519) que, além de pintor, escultor, engenheiro e inventor, foi um divulgador. Da Vinci adiantou-se ao nosso tempo, ao apontar que o primeiro dever do homem de ciência é a comunicação, ou seja, a ciência transmissível.

Para Burkett (1990), foi o alemão Henry Oldenburg quem iniciou o jornalismo científico, em março de 1665, ao dar início à publicação Philosophical Transactions, jornal da Royal Society. Embora não brilhasse entre as grandes mentes científicas de sua geração, Oldenburg tinha talento especial de aglutiná-la e inspirá-la. E, com domínio de vários idiomas, ele pôde traduzir textos de várias fontes para publicações em inglês e latim. Foi por

meio do trabalho dele que o mundo tomou conhecimento das coisas estranhas que um confeccionador de roupas holandês viu quando examinou gotas d'água com as mesmas lentes de aumento que usava para estudar o pano. Este homem era Antoni van Leeuwenhoek, o pai da microscopia (BURKETT, 1990).

Entretanto, muito pouco do que era publicado podia ser compreendido pelo público escassamente letrado da época, não atendendo aos objetivos do jornalismo científico de tornar compreensível para muitos o conhecimento produzido por poucos. Mas, à medida que a cultura aumentava, as primeiras versões de jornais e revistas apareceram na Inglaterra e na Europa. Os editores reescreviam artigos de jornais científicos, de modo que pudessem interessar a seus leitores. Os americanos lançaram o American Journal of Science, em 1818, voltado para sociedades científicas. Na Inglaterra, surgiu a revista Nature, em 1869. A publicação atraiu notáveis cientistas como autores, mas foi somente no final do século XIX que Thomas A. Edison fundou uma revista com poder de permanência, a Science, que apareceu pela primeira vez em 3 de julho de 1880 e circula até os dias de hoje (BURKETT: 1990, 30), popularizando a produção científica.

Segundo Moura (2003), no final do século XIX, o jornalismo científico tinha dois objetivos: o primeiro era adaptar a ciência aos leigos, e o segundo, informar os cientistas ativos em uma disciplina sobre aquilo que estava acontecendo em outras. Com finalidades tão distintas, é de se questionar se, na época, alcançava uma linguagem que fosse de fácil compreensão para o cidadão comum e, ao mesmo tempo, que não fosse muito simples para os especialistas de outras áreas.

Naquela época, a ciência tinha se tornado uma força dominante na vida intelectual e prática, mas ainda estava ligada a outras atividades e às culturas locais. A situação mudou a partir da segunda metade do século XX, quando começaram a aparecer os escritores que combinavam conhecimento científico com sensibilidade e imaginação. Somente a partir dessa

união foi possível tornar os temas de ciência atraentes ao público-leigo, com textos escritos em linguagem simples e apresentados de forma criativa e instigante.

Cabe lembrar que, segundo Costa Bueno (2005), tanto a divulgação científica quanto o jornalismo científico se dirigem ao leigo, ao cidadão comum. Mas há diferenças entre os dois: a divulgação científica é um processo de difusão de informações de ciência e tecnologia bem mais amplo do que o jornalismo científico. A popularização pode ser feita, por exemplo, por meio de uma palestra, de peças de teatro, de livros didáticos. Já o jornalismo científico, uma das formas de divulgação científica, atende a alguns atributos básicos, como a atualidade, a difusão coletiva e o compromisso com o interesse do público e a ética.

A necessidade de se divulgar conceitos científicos para um público amplo é cada vez maior, uma vez que a ciência aparece como um dos principais fatores da sociedade moderna. Para vários autores, inclusive, a segunda metade do século XX pode ser denominada de a “Idade da Ciência”.

No início, entretanto, as notícias científicas tinham um cunho mais sensacionalista, apelando para o bizarro. Logo após a Primeira Guerra Mundial, predominavam os repórteres de assuntos gerais, com frequência sem treinamento universitário, que simplesmente cobriam os fatos que passavam por seu caminho. O número de redatores científicos aumentou no período após a Segunda Guerra Mundial, quando editores-chefes passaram a designar repórteres com interesse em ciência ou medicina para fazer contatos com pessoas da comunidade científica que tinham interesse em divulgar suas pesquisas (BURKETT, 1990).

Nesse período, começou a aparecer o jornalista especializado, muito mais instruído que seus precedentes para cobrir temas científicos. Também a ciência e a tecnologia protagonizaram avanços na segunda metade do século XX, dando força e caráter ao jornalismo científico, transformado desde então numa nova especialidade informativa.

Sobre isso, comenta Hernando:

[...] aparece também uma figura, a do mediador entre a ciência e a sociedade, entre os cientistas e o público, para realizar a sugestiva e complexa tarefa de colocar ao

científico.

Nessa época, às sextas-feiras, J. Reis promovia, no Instituto Biológico, reuniões para discutir assuntos científicos. Uma das conseqüências dessas reuniões *sexta-ferinas*, como ele as chamava, foi a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, a mais representativa associação de cientistas do país até hoje. Naquele mesmo ano, sua carreira de jornalista científico sistematizou-se na coluna dominical denominada *No mundo da ciência*, publicada pela Folha de S. Paulo regularmente até maio de 2002, quando o autor faleceu. Seu destaque como jornalista foi tanto que, em 1962, ele tornou-se diretor de redação desse importante jornal.

Reis tem seu nome vinculado a todos os movimentos de expressão do cenário científico brasileiro. O reconhecimento a esse pioneiro da divulgação científica no Brasil está expresso no Núcleo José Reis de Divulgação Científica, fundado pela Universidade de São Paulo, e no prêmio de maior relevância no setor, mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e que leva seu nome.

Em 1979, Reis passou a ser o presidente de honra da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 19 de setembro de 1977, na cidade de São Paulo, onde tem sede permanente. Também presidiram a ABJC os jornalistas Júlio Abramczyk (1981-1987); Wilson da Costa Bueno (1988-1989); Fabíola de Oliveira (1990-1991); Roberto Petzold (1991-1992);

pesquisadores, professores e estudantes dedicados à divulgação da ciência e da tecnologia, a ABJC integra o Conselho das Sociedades Científicas da SBPC. Um de seus maiores objetivos é lutar pela valorização e fomento desses setores no país, principalmente pela democratização do conhecimento científico e tecnológico. Entre as principais atividades da entidade, estão: os Congressos Brasileiros de Jornalismo Científico, realizados a cada dois anos; a promoção de mesas-redondas sobre jornalismo científico nas reuniões anuais da SBPC, e a realização de palestras, debates, seminários e cursos.

De acordo com Oliveira (2002), na década de 1980, o jornalismo científico no Brasil cresceu significativamente com o surgimento de novas revistas como Ciência Hoje (SBPC) e Ciência Ilustrada (Editora Abril). Em 1990, a Editora Globo lançou a revista Globo Ciência e, no mesmo ano, a Editora Abril lançou a Superinteressante. Atualmente, as revistas de maior expressão nesse segmento especializado de saúde e ciência são a Superinteressante e a Saúde, da Editora Abril, a Galileu, da Editora Globo, a Discovery, do Grupo Domo, a Scientific American Brasil e a Viver Mente & Cérebro, da Duetto Editorial, entre outras.

Nos serviços EurekaAlert, Science e Press Nature, todos de acesso restrito, jornalistas credenciados recebem informações antecipadas sob embargo, ou seja, com o compromisso de publicar a reportagem somente após determinada data, o que compatibiliza um trabalho jornalístico mais apurado com a prioridade da publicação científica.

Merecem destaque, ainda, o boletim Ciência Hoje (SBPC), o portal ComunicaSaúde, o Núcleo José Reis de Divulgação Científica e a agência de notícias da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). “No ambiente acadêmico, há atualmente pelo menos dois núcleos de jornalismo científico, um na Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) e outro na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (Eca/USP).

4.2 OBJETIVOS E DEFINIÇÕES

Para Hernando (1993), o principal objetivo do jornalismo científico é ensinar o homem a viver no universo surgido da revolução da ciência, oferecendo-lhe uma imagem do mundo por meio de uma linguagem acessível. Para o autor, o jornalismo científico “deveria ser um instrumento de educação permanente e de inserção do homem médio na nova sociedade” (1992, p. 53).

Para compreender o mundo onde vive, o cidadão deve e precisa estar em sintonia com os avanços da ciência. Da mesma forma, a conquista da boa saúde passa pela informação. O corpo humano é um assunto que todos os seres humanos tem interesse em se aprofundar, pois esse conhecimento é o caminho para a conquista de uma vida mais saudável e longínqua.

Comentando sobre a divulgação científica, afirma Bahia que

a importância da difusão popular da ciência não está só na necessidade de fazer com que o leigo entenda as descobertas da ciência, por mais difíceis que sejam. Está ainda no seu valor cultural (a ciência é parte da cultura geral, como a arte, a literatura ou o teatro), e no seu valor político (a participação da sociedade que com o dinheiro dos impostos fornece fundos para pesquisas, e que deve ter livre conhecimento do que é feito e por quem é feito) (1990, p. 216).

Neal E. Miller (in DUNWOODY, 1896) corrobora com esse conceito, afirmando que o entendimento público de ciência e tecnologia se torna cada vez mais vital à medida que essas áreas se tornam cruciais para as políticas públicas. Com isso, o autor reforça a idéia de que somente através da posse de informações, os indivíduos são capazes de tomar decisões conscientes e participar de forma ativa do futuro de sua cidade, estado ou país.

Também Oliveira (2002) destaca como o objetivo do jornalismo científico fazer com que o maior número possível de pessoas dentro de uma sociedade tenha acesso a informações científicas e, de modo particular, àquelas que afetam diretamente sua vida, que têm efeitos políticos, econômicos e sociais imperceptíveis aos não informados.

Cabe lembrar que temas científicos se inserem cada vez mais na vida cotidiana,

exigindo uma posição do cidadão a seu respeito, como é o caso, por exemplo, do plantio de transgênicos e das pesquisas com células-tronco, recentemente aprovados pelo Congresso Nacional. Bahia (1990) afirma que o jornalismo científico pode ser comparado a uma ferramenta capaz de transformar o indivíduo em ser atuante na sociedade onde vive, através de informações necessárias para que possa decidir se é favorável às pesquisas com células-tronco ou ao plantio de transgênicos.

Segundo Reis (in KREINZ; PAVAN, 2000), a divulgação científica realiza duas funções complementares: a de ensinar, suprimindo ou ampliando a função da própria escola, e a de fomentar o ensino. Com isso, matérias publicadas em jornais, por exemplo, podem se tornar tema de estudo em sala de aula, ou serem utilizadas para exemplificar ou aprofundar um determinado assunto. Sharon Dunwoody (1986) cita estudos que mostram que, ao final da educação formal, a maioria das pessoas utiliza os veículos de comunicação de massa como suas fontes primárias sobre educação em ciência. E, embora tenham pouco treinamento formal na área, muitas delas têm um irresistível interesse pela ciência.

Em relação a temas sobre medicina, Hansen (2004) ressalta que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), ser saudável é estar em estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente sem doenças. De acordo com o autor, para que o cidadão possa viver com todas as suas necessidades satisfeitas, ou seja, não ser ele portador de problemas de saúde, é necessário alertá-lo, ensiná-lo e principalmente inseri-lo nos conceitos básicos da prevenção. Nesse sentido, a comunicação é acionada e torna-se grande parceira do público, uma vez que a educação formal proporciona várias oportunidades de aprendizado sobre o corpo, sua anatomia e fisiologia, as doenças e sua prevenção, mas é o aprendizado informal, por meio de jornais, revistas, rádio, TV e Internet, que fornece a maior parte das informações que as pessoas recebem sobre saúde e os avanços da medicina.

Se o cidadão buscasse aprender sobre temas variados em saúde e medicina, a educação formal se tornaria um caminho praticamente impossível, uma vez que ele teria de cursar uma ou mais faculdades para se manter informado. Já na mídia encontra matérias sobre os mais diferentes assuntos das áreas, interpretadas por pesquisadores em saúde, médicos e jornalistas.

De acordo com esse conjunto de definições, pode-se afirmar que cabe ao jornalismo científico um papel nobre na sociedade, pois além de popularizar idéias e conhecimentos de difícil acesso às pessoas, ajuda o indivíduo a dominar aspectos da realidade que mais afetam a sociedade, como a economia, a ecologia, a medicina, a educação, a tecnologia etc (HERNANDO, 1992).

O jornalismo científico vai explicar ao leitor, em uma linguagem de fácil compreensão, desde os complicados mecanismos atuantes na bolsa de valores até a receita para uma alimentação rica e balanceada, perpassando também pelas questões de preservação do meio ambiente, por exemplo. A ciência e a tecnologia há muito tempo estão comprometidas com o poder econômico e político, dividindo nações ricas e pobres, homens cultos e ignorantes.

Ao se questionar sobre o sentido do jornalismo científico, Moura (2003) aponta duas vertentes: a do prazer e a da necessidade. A primeira faz referência à desvantagem de não se poder fruir da “emoção” da ciência. Já a segunda assinala que aqueles que nada sabem de ciência estão excluídos de contribuir, de forma séria, para o debate do efeito que ela tem sobre suas vidas. “Que se trate de benefícios, de prazer ou de necessidade, a incorporação da ciência na cultura é uma tarefa inadiável (2003, p. 31)”.

Partindo-se desses dois sentidos apontados por Moura, é possível afirmar que nem sempre o jornalismo médico terá impacto direto na forma como o indivíduo cuida de sua saúde, mas poderá satisfazer curiosidades ou mesmo ajudá-lo a compreender como vivem outras pessoas ao seu redor. Por muito tempo, as pessoas pensavam que durante a

menstruação não era permitido molhar os cabelos devido aos riscos de surgirem doenças. Hoje a mulher, graças à informação, sabe não existir nenhuma enfermidade associada à lavagem dos cabelos durante o período. Ela encara o sangramento mensal como uma das fases do ciclo menstrual, que se reinicia, em média, a cada 28 dias, e aprendeu que, com a pílula anticoncepcional e a camisinha, pode praticar sexo seguro. Enfim, as pessoas desejam se manter informadas. Aguardam, ansiosas, pelos próximos passos da ciência, como, por exemplo, a descoberta de uma vacina contra a Aids, ou uma nova forma de combater o câncer, ainda que não sofram dessas doenças.

Hernando (1992) define como tarefas do jornalismo científico: tornar acessíveis os temas complexos, introduzir a ciência na sociedade, informar sobre as transformações que a ciência e a tecnologia estão produzindo na existência coletiva, criar uma consciência pública sobre o valor da investigação científica, corrigir desequilíbrios econômicos e culturais, aliviar as pessoas de seus medos, restaurar o equilíbrio criado pela insuficiência dos sistemas educativos e preparar o cidadão para uma maior participação política.

Com essa definição, o autor consegue explicar, de forma sucinta, mas abrangente, por que é, de fato, imprescindível incorporar a ciência na cultura. Afinal, não é possível, nos dias de hoje, viver de forma consciente e participar das decisões da sociedade sem estar a par dos avanços da ciência.

O autor também aponta três funções do jornalismo científico: a informativa, tornando compreensível o conteúdo da ciência; a interpretativa, contextualizando a importância das novas descobertas; e a de controle em nome do público, fazendo com que as decisões políticas sejam tomadas tendo em conta os avanços científicos. Em reportagens de ciência, entretanto, é muito difícil dissociar a função informativa da interpretativa, uma vez que temas da área só podem ser compreendidos pelo leitor leigo, quando contextualizados.

Reis (apud HERNANDO, 1992)¹, considerado o pai do jornalismo científico no Brasil, lista, sem descrevê-las, seis funções básicas: informativa, educativa, social, cultural, econômica e político-ideológica. Elas, mais uma vez, reforçam a importância do jornalismo científico, não somente para manter o indivíduo informado, mas para torná-lo num ser atuante e consciente, capaz de tomar decisões na sociedade onde vive e sobre o seu próprio futuro.

Ao desempenhar essas funções, o jornalista científico ajuda a transpor a brecha entre cientistas e não-cientistas, tendo como missão procurar o *significado* dos acontecimentos para o seu público-alvo. De uma maneira geral, os escritores de ciência consideram que suas carreiras são construídas ao redor de explicar ou traduzir conhecimento científico às pessoas em geral, uma vez que a redação científica tende a ser dirigida para fora, para audiências além da estreita especialidade científica onde a informação se originou (BURKETT, 1990). “O ato de divulgar ciência equivaleria, portanto, a transformar em linguagem pública o discurso cifrado ou especializado do produtor de conhecimento, ou cientista” (KREINZ e PAVAN, 2000, p. 74).

Para Burkett (1990), inclui-se no grupo de jornalistas científicos qualquer profissional que construa suas histórias com tijolos da pilha do conhecimento desenvolvido pelas disciplinas científicas. Num sentido mais restrito, os redatores de ciência são aqueles que gastam a maior parte de seu tempo escrevendo sobre ciência ou assuntos a ela relacionados, como medicina e tecnologia, para um público que se encontra primeiramente fora das disciplinas científicas (BURKETT, 1990).

¹ REIS, José. Mensaje al I Congreso Iberoamericano de Periodismo Científico. Caracas, 1974.

Somente com a compreensão das matérias se atingem os objetivos do jornalismo científico. Uma matéria bem redigida tem o poder de motivar o leitor a se informar com seu médico sobre a prevenção e o tratamento de doenças. Caso a reportagem não seja clara, entretanto, pode aumentar as dúvidas e induzir a comportamentos maléficos. A ânsia por divulgar temas novos, como os lançamentos da indústria farmacêutica, pode contribuir para gerar falsas expectativas e uma avalanche de pacientes em consultórios médicos em busca da nova droga milagrosa.

Além de traduzir para uma linguagem acessível temas surgidos na linguagem de poucos, para alcançar os objetivos do jornalismo científico o redator em ciência deve estar atento na escolha das fontes, assim como ao interesse das mesmas na divulgação daquele tema. O jornalista não deve esquecer, por exemplo, que a indústria farmacêutica é a maior interessada em ver seus medicamentos exibidos nas páginas de revistas e jornais. Por mais neutra que a ciência possa parecer, ela sempre esconde interesses, sendo hoje uma área muito associada à geração de riqueza e à dominação.

4.3 TEMAS EM DEBATE NA ATUALIDADE

A primeira etapa a ser vencida no jornalismo científico é buscar assuntos de ciência e tecnologia que rendam notícias. Geralmente, jornalistas de ciências obtêm material para suas matérias de *releases*, conferências, *journals* e entrevistas. Baseado muitas vezes em observações pessoais, jornalistas e editores mantêm um conjunto de suposições sobre seus leitores que influencia a seleção e o estilo de matérias de ciência.

No jornalismo médico, a escolha de doenças a serem abordadas está intimamente relacionada à situação econômica dos leitores. Algumas doenças são totalmente democráticas, atingindo pessoas em igual proporção independentemente da idade, classe social ou sexo.

Outras, no entanto, são típicas de populações pobres, raramente sendo contempladas em publicações voltadas para públicos de classes mais altas.

Uma vez escolhido o tema, é preciso buscar informações prévias sobre o mesmo. Afinal, diz Costa Bueno “não se pode fazer uma matéria sem que se domine, minimamente, o assunto de que se vai tratar” (2005, Aula 4). Muitas vezes, porém, os repórteres devem assimilar e simplificar quantidades grandes de materiais extremamente complexos em um curto período de tempo, assim como identificar o que é realmente importante para merecer uma reportagem em revista. Ao cobrir temas de ciência, jornalistas de outras áreas costumam enfrentar mais dificuldades para reconhecer o que é importante, podendo perder algo que valeria uma matéria. Segundo Costa Bueno (2005), eles tentam se prevenir disso acompanhando o trabalho de jornalistas científicos mais experientes, aqueles poucos capazes de avaliar se determinados números são significativos e se os métodos da pesquisa da amostra foram bem conduzidos, por exemplo. De maneira geral, a complexidade e as incertezas das ciências reforçam a tendência dos jornalistas a confiar em *releases* da imprensa, conferências e outros pacotes de informações.

Um dos primeiros requisitos para um fato se tornar notícia é a atualidade, ou um *gancho*. Essa ênfase na atualidade, uma das características que dalis

Para Ricardo Bonumelo Neto (in KREINZ; PAVAN, 2004), os meios de comunicação falham muito quando se trata de divulgar informações científicas, buscando sempre temas inusitados ou diferentes. Ele reconhece que esse lado sensacional da notícia é essencial para qualquer meio de comunicação, mas afirma que ele não pode ser o único fator a guiar determinada pauta. O jornalista deve ser capaz de escrever de forma a despertar o interesse dos leitores sem deixar de ser responsável naquilo que está fazendo.

Ao tratar da medicina, por exemplo, ele deve informar o que é novo, passando a informação de forma completa e atualizada, evitando qualquer pequeno deslize ou sensacionalismo. Um equívoco ou uma informação pouco responsável, como anunciar um medicamento como revolucionário sem se conhecer os resultados dos ensaios clínicos, pode criar falsas esperanças em pacientes que lutam contra a doença a qual o novo remédio promete combater.

Os prazos também geram outras restrições, uma vez que a escassez de tempo limita o número de fontes que o repórter consegue consultar. O uso de fontes de informações, incluindo livros, periódicos e pessoas, é importante para o bom ato de fazer reportagens. Muitos repórteres usam poucas fontes ou entrevistam pessoas inadequadas ao escrever sobre ciência, em especial aqueles que não atuam especificamente nessa área. Geralmente, esses repórteres não sabem para onde ir a fim de buscar informações, têm dificuldades em lidar com jargões, decidir sobre a importância das informações e como fazer com que os cientistas lhe concedam entrevistas, devido à falta de familiaridade que mantêm com a área. As entrevistas com as fontes serão produtivas, se o jornalista estiver suficientemente preparado para abordar o assunto e disposto a uma interação saudável.

Nem todas as publicações, no entanto, contam com jornalistas preparados para cobrir temas de ciência. Segundo Sharon Friedman (1986), o tamanho da empresa tem papel fundamental em determinar se há repórteres especializados na redação, e o tipo de reportagem

que é realizada. Em geral, revistas e jornais de grande circulação conseguem deslocar repórteres para trabalhar reportagens especiais, dando-lhes mais tempo para tratar de um determinado tema. O número de fontes utilizadas também é afetado pelo tamanho do veículo, com os mais importantes exigindo um maior número de fontes para uma história, uma vez que serão cobrados por um maior número de leitores.

De posse das informações obtidas junto a fontes pessoais e impessoais, o repórter constrói um novo discurso, consolidado num artigo, numa notícia, numa reportagem e, ao fazer isso, deve estar ciente de que, o leitor poderá ser uma pessoa leiga, muitas vezes desprovida de informações básicas sobre o tema abordado. Assim, o jornalista não pode encarar o “analfabetismo científico” do leigo com preconceito, mas como um desafio e, para superá-lo, deve contextualizar o fato científico, buscando apontar sua repercussão, não apenas para a ciência, mas para a sociedade como um todo (COSTA BUENO, 2005).

A construção do discurso não é tarefa fácil, uma vez que o repórter precisa avaliar quais aspectos deve enfatizar, para não deixar questões relevantes de fora; quanto de informações deve fornecer, para proporcionar uma abordagem completa do assunto sem se tornar detalhista demais, sob pena de perder a compreensão do leitor; como traduzir os jargões específicos da área para o público massivo, sem incorrer em erro; quanto de ante

Ao se tentar entender como a mídia opera, é preciso levar em conta que a produção de informações é feita de acordo com os interesses de uma audiência em particular. Em geral, o tamanho da audiência diminui à medida que o nível técnico de informações aumenta, e vice-versa. Portanto, para alcançar um maior número de leitores ou telespectadores, as notícias de ciência devem ser simplificadas e traduzidas para termos leigos, por meio da adoção de uma linguagem coloquial e amena. Em alguns casos, isso pode ser feito facilmente, mas pode igualmente conduzir a problemas de supersimplificação e até mesmo distorção, especialmente se não há jornalistas científicos trabalhando no local.

Para Friedman (1986), certas restrições inibem o que cientistas e alguns jornalistas de ciência gostariam de ver nos artigos científicos, tais como mais explicações, coberturas em profundidade, e mais atenção aos detalhes. Russell (in DUNWOODY, 1986) ressalta que cientistas desejam contar sua pesquisa em toda a complexidade, enquanto que jornalistas precisam reduzir os temas a uma forma mais simples, o que gera descontentamento por parte das fontes. A tensão aumenta quando há falta de conhecimento sobre o processo jornalístico por parte de cientistas ou conflito pelo controle da informação. Por isso, muitos cientistas insistem na opção de poder ler a matéria antes que ela seja impressa, o que nem sempre é possível na imprensa diária, devido aos prazos de fechamento.

Por essa série de restrições, percebe-se que a tarefa de entregar ao leitor uma matéria correta, de fácil compreensão e equilibrada não é fácil. Cada uma das etapas da produção da matéria, desde os critérios de noticiabilidade à escolha das fontes, assim como a construção do texto, reserva pontos de tensão e debate.

4.3.1 Linguagem

Um dos principais problemas encontrados pelos redatores de ciência é de fazer com que as notícias cheguem ao leitor em uma linguagem simples, diferente daquela em que foi elaborada. Para atingir a meta de alcançar um texto de fácil compreensão para o público, alguns autores sugerem que o jornalista, ao término da explanação do cientista, utilize suas próprias palavras para descrever aquilo que acabou de ouvir. Assim, o cientista poderá analisar se o repórter assimilou o conhecimento de forma correta ou não. Em caso negativo, deverá pedir nova explicação, para que as informações não saiam deturpadas ou incompletas. Oliveira (2003) menciona os repórteres em início de carreira, que, devido ao deslumbramento e ao receio de questionar o cientista sobre pontos não-compreendidos, podem acabar prejudicando a qualidade e, às vezes, comprometendo a veracidade da informação.

Comentando sobre tais aproximações entre ciência e jornalismo, diz Oliveira: “O casamento maior da ciência e do jornalismo se realiza quando a primeira, que busca conhecer a realidade por meio do entendimento da natureza das coisas, encontra no segundo fiel tradutor, isto é, o jornalismo que usa a informação científica para interpretar o conhecimento da realidade” (2003, p. 43).

Mais uma vez, a partir desse pensamento da autora, pode-se ressaltar que, quando o jornalismo científico não traduz para uma linguagem acessível o que foi produzido em linguagem específica, a popularização da ciência não é alcançada. Muitos temas científicos são abstratos ou complexos demais para os leigos entenderem e, para facilitar a compreensão dos leitores, os teóricos do jornalismo científico e os profissionais da área encorajam a utilização de alguns recursos lingüísticos e literários na construção do texto. O jornalista científico emprega recursos estilísticos da linguagem com o intuito de inserir a ciência no cotidiano das pessoas, popularizando o conhecimento especializado.

Além de metáforas e analogias, Burkett (1990) sugere o uso da comparação, pois “quando o tamanho relativo é um fator, a compreensão pode ser aumentada fazendo-se comparações com coisas familiares, tais como distâncias entre pontos geográficos, velocidades, pilhas de moedas, grãos de trigo ou areia” (1990, p. 123). Em matérias de economia, por exemplo, o recurso pode ser usado para ilustrar valores ou comparar moedas estrangeiras. Nas notícias sobre o universo e a ecologia, para clarear a dimensão de distância e tamanho.

Para Oliveira (2003), a metalinguagem (linguagem natural ou formalizada que serve para descrever ou falar sobre uma outra linguagem) é um excelente recurso para aproximar o público leigo das informações científicas. Quando as pessoas conseguem associar, diz a autora, um princípio ou uma teoria científica a alguma coisa que lhes é familiar, fica muito mais fácil a compreensão do assunto.

Já Small (in BLUM; KUNDSON, 1997) afirma que o jornalismo científico tem sua fórmula própria. Além do uso de analogias, metáforas e outros recursos que clarifiquem conceitos difíceis da ciência, o redator deve valer-se da criatividade ao escrever a notícia. Ao contrário dos cientistas, que têm o objetivo de divulgar aspectos específicos de um tema entre um público já informado, o jornalista quer explicar, educar e, principalmente, não tornar a leitura pesada ao leitor. Para Erbolato, “a redação científica necessita apresentar clareza, eliminando sempre que possível a aridez do assunto, com a inclusão de um toque de humor e graça” (1981, p. 43).

Para Moura (2003), não existe um método para divulgar a ciência, assim como não há para escrever romances, pintar quadros ou compor música. Cada divulgador terá suas próprias escolhas, portanto, não existe a fórmula para uma boa matéria de jornalismo científico. Na área especializada, em que já se exige mais do leitor para que ele consiga compreender temas muitas vezes distantes de sua realidade, o jornalista deve redobrar esforços para alcançar um

texto que aborde o assunto de forma criativa e em linguagem simples, pois, caso contrário, poderá perder o leitor nas primeiras linhas.

Mauro Celso Destácio (in KREINZ; PAVAN, 2003) lembra que, antes de redigir a matéria, o jornalista deve pensar no leitor do seu texto e no veículo que irá divulgá-lo. Dependendo do perfil de seus leitores, deverá o repórter fornecer mais ou menos detalhes sobre determinado tema, sendo mais específico ou generalista.

De forma geral, embora reserve algumas particularidades, a redação científica segue o estilo das reportagens comuns, em que é fundamental a vivacidade do estilo, a capacidade de cativar a atenção do leitor, a habilidade em fazê-lo participar das emoções, dúvidas e expectativas que o jornalista está sentindo. As reportagens também devem estabelecer o contraditório, quando forem abordados assuntos polêmicos e que gerem controvérsias.

Assim, além de buscar um texto compreensível e escutar fontes diversas, a fim de escrever uma matéria equilibrada, o repórter também deve contextualizar aquela notícia, para que o leitor conheça sua verdadeira importância.

4.3.2 Contextualização e Antecedentes

Costa Bueno (2005) reconhece que muitos autores defendem a tese de que o jornalismo científico se resume na tradução do discurso científico e que, portanto, o bom jornalismo científico é aquele que reproduz a fala da fonte especializada. Mas a tarefa do jornalismo científico, afirma o autor, não se restringe a uma mera decodificação, ela inclui a interpretação e a construção de um texto a partir de diferentes vozes. “O Jornalismo Científico não deve tornar-se refém de suas fontes porque elas têm compromissos e interesses” (2005, Aula 1).

see

De

53
ea eaa

4.3.3 Jornalista Especializado X Jornalista Geral

Uma das diferenças do jornalismo científico concentra-se entre repórteres de atribuições generalizadas, que são confrontados com temas científicos vez e outra, e aqueles que escrevem sobre ciência o tempo inteiro.

Na avaliação de Neto (in KREINZ; PAVAN, 2004), é muito grande a falta de preparo de jornalistas para tratar de temas científicos. Segundo o autor, existe uma minoria de repórteres especializados e, mesmo esses, cometem erros, assim como os próprios cientistas, o que demonstra a necessidade de estudos e atualização constante na divulgação dos fatos.

Stephen H. Schneider (in DUNWOODY, 1986) também é favorável à especialização dos repórteres, considerando que jornalistas dedicados à cobertura da ciência quase sempre escrevem matérias mais acertadas do que os jornalistas que divulgam temas gerais, pois estes sentem-se intimidados diante de dados, jargões e termos técnicos da linguagem científica.

Tuffani (in KREINZ; PAVAN, 2004) sustenta que essa especialização não precisa ser, necessariamente, formal. Ao contrário, ela pode surgir do próprio interesse e do investimento do profissional, ocorrendo por meio de seminários, leituras e palestras, ass

especialização fundamental para se realizar um bom jornalismo científico, mas salienta que uma pessoa de outra área pode emprestar um olhar diferenciado a determinado assunto, que o repórter especializado não teria. Segundo ela, há autores que dizem, inclusive, que muita qualificação pode prejudicar um repórter, uma vez que o generalista se sairia melhor por perguntar questões mais simples. Além disso, diz a autora, um repórter que sabe muito sobre um determinado assunto pode escrever uma matéria muito especializada.

Embora a maior parte dos autores seja favorável à especialização dos repórteres, não há consenso sobre o tema. Um profissional acostumado a cobrir assuntos de ciência tem maior familiaridade com o método científico e os jargões da área, além de acompanhar mais de perto as pesquisas, estando atualizado e melhor capacitado para avaliar se um fato merece ser transformado em reportagem. Sem conhecer a área tão de perto, o jornalista de outro campo de atuação, no entanto, leva à pauta um olhar mais curioso, similar ao de seu leitor, podendo descobrir ângulos interessantes e novos para uma matéria.

Reis (in KREINZ; PAVAN, 2000) avalia ser importante haver no jornal algum orientador científico, para evitar que o jornalista, mesmo com alguma formação científica, seja ludibriado por falsos cientistas, os chamados pseudocientistas. O próprio autor, sendo cientista, já considera difícil a tarefa de identificar um bom cientista de um dito falso ou pseudocientista. “Mais árduo deve ser pra o jornalista comum estabelecer a diferença e evitar o seu enredamento pela conversa pseudocientífica, não raro apresentada com tanta lábia ou convicção que ele chega a se supor diante de um gênio prestes a revolucionar a ciência” (2000, p. 43).

Concluindo, verifica-se que os autores concordam sobre a necessidade dos veículos terem repórteres com algum tipo de especialização ou contarem com algum orientador científico, para divulgarem junto aos seus leitores matérias claras e responsáveis. O erro no jornalismo nunca é bem-vindo, mas, se realizado em uma matéria sobre saúde, pode provocar

falsas esperanças, frustrações e indignação entre os leitores, gerando um verdadeiro desserviço à população.

4.3.4 Relação entre Cientistas e Jornalistas

A relação entre jornalistas e fontes especializadas, que costuma ser tumultuada, não é exclusividade da cobertura de ciência e tecnologia. Embora essa realidade esteja mudando e cada vez mais a divulgação das pesquisas seja cobrada dos cientistas, o ponto crucial desse problema é que, enquanto jornalistas precisam de informação dos cientistas, os cientistas raramente precisam dos jornalistas, à exceção daqueles que buscam algum tipo de reconhecimento público ou projeção pessoal.

No início do século XX, os jornalistas raramente procuravam os cientistas, por considerar os temas científicos demasiadamente complicados e de interesse limitado para os leitores. Para os cientistas, em contrapartida, os jornalistas eram

continua conturbada, com críticas de ambos os lados.

Isso decorre do fato de que, em primeiro lugar, os sistemas de produção jornalística e científica têm características bastante particulares. De forma genérica, a ciência objetiva a produção de conhecimento, enquanto o jornalismo a circulação de informação. Em segundo lugar, salvo exceções, o cientista não precisa correr contra o tempo, podendo dedicar sua vida inteira ou, ao menos, um longo período de tempo, a um único objetivo. Já o jornalista trabalha em outro ritmo, em constante luta contra o tempo, sendo obrigado a se submeter a essa pressão incontrolável. A produção de seu trabalho ocorre em tempo limitado, comprometendo a qualidade da informação.

Essa falta de qualidade gera desentendimentos, uma vez que a fonte especializada preza, e de maneira quase obsessiva em alguns casos, a precisão, a completude da informação e assim por diante. O cientista preocupa-se com a avaliação de seus pares, evitando qualquer tipo de falha na veiculação das informações que presta, por saber que a comunidade da qual participa costuma ser implacável com os erros. Diante disso, se a matéria jornalística reproduz de maneira imprecisa ou incompleta uma citação, a fonte pode se sentir traída ou prejudicada. Isso porque, ao ler o texto, o cientista pensa em seus pares, imaginando qual será a avaliação deles em relação àquela determinada informação ou declaração. Após uma experiência considerada ruim, para se preservarem no meio acadêmico, muitos cientistas podem até evitar dar novas entrevistas. “Pode-se imaginar o constrangimento a que fica submetido um cientista ou pesquisador quando um jornalista, em uma matéria sobre ciência, reproduz de maneira imprecisa a sua fala, creditando-lhe conceitos e afirmações que merecerão reprovação de seus colegas”. (COSTA BUENO, 2005, Aula 8)

Em contrapartida, o sistema de produção jornalística está focado na audiência. Em função disso, emergem alguns problemas, como o sensacionalismo e a ânsia em chamar a

atenção, o que, freqüentemente, leva a um trabalho onde falta qualidade e precisão.

Tem-se, portanto, de um lado um jornalista facilmente seduzido pelo exagero, pelo abuso e pela necessidade de chamar a atenção e, de outro, um cientista que prega a discrição e preza pela qualidade da informação. Essa diferença leva muitos cientistas a rejeitar cumprir a sua função de democratização do conhecimento, assumindo uma postura arrogante no relacionamento com a sociedade.

As diferenças no uso da linguagem também contribuem para adicionar tensão nesse relacionamento. A linguagem que os cientistas utilizam pretende ser precisa e instrumental, uma vez que eles comunicam com o propósito de prover dados técnicos. Em contraste, a linguagem jornalística tem raízes literárias, tendendo a escolher palavras pela sua riqueza de referência, seu poder sugestivo, o apelo gráfico.

Um outro fator que adiciona tensão ao relacionamento é a falta de conhecimento, por parte de cientistas, das atividades desenvolvidas por jornalistas e repórteres. Além disso, no meio acadêmico, por conta de experiências passadas, numa época em que os jornalistas estavam mais interessados em apresentar o lado bizarro da ciência, estando pouco preparados para divulgar o conhecimento científico, ainda existe o estereótipo de um profissional interessado em sensacionalismo, o que pode ser, de fato, verdade para uma parcela de jornalistas, mas certamente leva a generalizações injustas e inverossímeis.

Os cientistas precisam ter em mente que a publicação de uma pesquisa em artigo de *journal* e a publicação de uma matéria da imprensa são dois processos totalmente diferentes. Pesquisadores que desconhecem a dinâmica dos meios de comunicação massivos, porém, podem presumir que as duas publicações são guiadas por regras similares. Em primeiro lugar, quando se trata de uma matéria, o ponto de saída é que a autoria, salvo raras exceções, não é do cientista, mas do jornalista.

Além disso, diferentemente do que ocorre nas revistas científicas, nos meios de

comunicação massivos o autor não tem muito controle sobre o processo de publicação. Nestes, a produção é fortemente descentralizada, tornando difícil para uma pessoa acompanhar uma matéria do início ao fim, pois, na imprensa, transcorrem apenas algumas horas ou dias do início da pauta à impressão final. Muitos cientistas, no entanto, por desconhecerem essa dinâmica, pressupõem que os jornalistas terão bastante tempo para trabalhar em cima daquele assunto. Com isso, podem, por exemplo, demorar a dar retorno, quando o repórter deseja tirar alguma dúvida, ou não encaminhar em tempo hábil correções e sugestões para a melhoria do texto, quando recebem o mesmo para uma apreciação.

As matérias na imprensa também são mais curtas, têm menos informações e apresentam-se de modo diferente. Enquanto que, para se manterem informados sobre os avanços em sua área, os cientistas são basicamente obrigados a ler os artigos nos *journals*, os leitores de jornais e revistas, na maioria das vezes, precisam ser atraídos por um texto instigante, uma vez que não precisam, ou julgam não precisar, por nem sempre enxergarem o vínculo com a sua vida particular, se inteirar de determinado tema da ciência. Dessa forma, uma das principais tarefas dos jornalistas é prender a atenção do leitor quando ele passa os olhos pelo jornal, buscando destacar a importância do fato principal logo nas primeiras linhas. Muitas vezes isso resulta, aos olhos de cientistas, sensacionalismo ou distorção da verdade, mas é possível escrever um texto atraente e, ainda assim, correto.

Embora mais curtas, as matérias jornalísticas não podem perder a precisão. Segundo Robert J. Trotter (in DUNWOODY, 1986), para muitos cientistas a precisão inclui a apresentação de antecedentes e os detalhes da pesquisa, o que nem sempre é possível de apresentar em uma matéria de jornal e revista devido às limitações de espaço. Cientistas a par dessas limitações podem ajudar os repórteres a alcançar uma matéria publicável e precisa, apontando os tópicos que devem ser inseridos e explicando o porquê. Os fatos não podem ser distorcidos, sob pena de causar um desserviço aos leitores, como uma história enganosa sobre

a cura do câncer, que pode dar falsas esperanças para vítimas.

Para evitar erros de precisão, durante uma entrevista com a fonte da área científica o jornalista deve retomar questões técnicas, complicadas ou polêmicas. Primeiro, para checar a precisão dos fatos e, segundo, para assegurar à fonte que está determinado a ser preciso e cuidará para não interpretar erroneamente o que for dito. Alguns autores também recomendam ao repórter perguntar à fonte quem em seu campo concorda com a pesquisa realizada e quem se mantém contra. Torna-se importante divulgar essa complexidade, pois leva à multidimensionalidade dos fatos, traduzindo aspectos culturais, sociais, interdependentes e variados, capazes de levar a uma leitura inovadora e mais reflexiva.

Para evitar a publicação de matérias com erros, Reis (in KREINZ; PAVAN) considera aconselhável o repórter submeter ao cientista o texto original, para que esse possa verificar a exatidão da informação científica veiculada, mas sem o intuito de avaliar ou tentar influenciar o trabalho jornalístico. Em temas polêmicos, no entanto, isso nem sempre é possível. Uma solução intermediária proposta por Reis é a de o jornalista, após a entrevista, conferir os dados com o cientista, explicando a forma que pretende divulgá-los, dando a oportunidade ao pesquisador de evitar algum erro grave. Outros autores sugerem, como meio termo, que o cientista tenha acesso somente às citações diretas ou dados técnicos, ao invés de todo o texto,

profissional e humana, particularmente, quando trata de assuntos complexos, politicamente sensíveis, ou ligados a políticas sociais. Se os jornalistas checassem mais os dados, sendo vistos como mais responsáveis pelos cientistas, provavelmente estes teriam mais vontade de conversar com eles.

De forma geral, Russel (in DUNWOD, 1986) divide os cientistas em praticamente dois grupos: os que querem cooperar com os jornalistas, considerando-os como parceiros, e os relutantes, difíceis de serem contatados. Entre esses últimos, há aqueles que detestam a imprensa, por serem tímidos demais ou porque tiveram suas informações distorcidas pela imprensa. Em contrapartida, diz ela, é preciso cuidado com aqueles atenciosos demais, pois alguns pesquisadores estão interessados em popularizar não somente a ciência – ou pseudociência, mas suas própria reputação. Como é o caso do médico italiano Severino Antinori, que, ao final de 2001, anunciou estar por clonar e, alguns meses mais tarde, que havia clonado um ser humano, sem, no entanto, dar detalhes de como havia feito isso ou apresentar sua criação.

Além de ter credibilidade e estar capacitada a falar sobre determinado tema, uma boa fonte se caracteriza por outros atributos e virtudes, como saber como funcionam os veículos e como trabalham os jornalistas. Por isso, há algum tempo, algumas organizações empresariais, como laboratórios farmacêuticos, desenvolvem programas de capacitação de fontes, conhecidos como *media training*.

De forma geral, a comunidade científica não premia seus membros por informar ao público. Em alguns casos, podem até puni-los por esse motivo, uma vez que os cientistas não necessitam da imprensa para avançar em seus campos de estudo. Uma vez estabelecidos e reconhecidos pelos pares, eles podem falar com a mídia sem medo de serem mal vistos pela comunidade científica. Mesmo avessos à imprensa, há cientistas que se tornam fontes porque estão genuinamente preocupados em aumentar o entendimento do público sobre ciência, um

dever de qualquer cientista.

Em contrapartida, alguns cientistas se beneficiam de atividades de comunicação pública, recebendo reconhecimento do empregador, no caso de trabalharem no setor privado, ou auxílio para ganhar bolsa de pesquisa. Por isso, o repórter sempre deve estar atento à existência de interesse comerciais ou de auto-promoção ao entrevistar um cientista. “Como jornalistas temos a obrigação de apontar quando alguém está agindo, ao mesmo tempo, como um cientista e um ativista para uma causa, ou quando pode haver uma consideração financeira envolvida, e deixar que os leitores julguem a relevância dessas conexões não científicas” (RUSSELL in DUNWOODY, 1986, p. 87)

Essa preocupação em apontar quais os interesses atrás da divulgação de determinado fato é cada vez mais crescente, visto que a ciência e, em especial a medicina, são encarados como negócios, sendo capazes de gerar lucro e riqueza. Protegida pela lei de patentes, a indústria farmacêutica é uma das que mais cresce, justificando o elevado preço dos medicamentos com os gastos com pesquisa e desenvolvimento, mas sem divulgar publicamente sua contabilidade.

4.3.5 Interesses

O jornalista, ao deparar com um pesquisador, um cientista, ou um técnico, costuma pressupor que, nesse ambiente especializado, as falas e as intenções são isentas, pois essa postura tem a ver com a própria imagem da ciência, como uma atividade humana nobre, comprometida com o progresso e o bem estar da coletividade. Mas, como qualquer atividade desempenhada por seres humanos, a ciência é falível, limitada e impregnada de vícios e vicissitudes que aparecem mais em áreas como a política, a economia e o esporte.

O processo de comunicação é permeado por fatores culturais e a religião, a credulidade e mesmo o analfabetismo científico são ruídos importantes na interação com o chamado público leigo. Costa Bueno (2005) sugere aos jornalistas suspeitar sempre do que é afirmado como verdade única, porque as fontes podem estar comprometidas com organizações econômicas, que visam a apropriar-se da ciência para fins pouco éticos. O mundo vive em processo de profundas e aceleradas transformações em que tudo se modifica rapidamente. Os avanços científicos multiplicam as informações, distribuem conhecimento ao mesmo tempo que influenciam sistemas políticos, econômicos e sociais, presentes e futuros, impondo novos rumos às organizações.

Quando um jornalista pouco informado se debruça sobre temas complexos, como transgênicos, clonagem terapêutica, mudanças climáticas, buracos negros ou mesmo sobre o lançamento de um novo medicamento, pode se tornar refém da fonte e dos interesses que ela representa.

Costa Bueno (2005) salienta que a experiência ensina que toda fonte tem os seus compromissos, sejam comerciais, políticos, ideológicos ou pessoais. O bom jornalista parte desse pressuposto básico, ao se defrontar com uma fonte, e tem o cuidado de não apenas alardear as novidades da área, cumprindo, também, um papel pedagógico, ressaltando as características do método científico e do processo de produção da ciência.

A ciência e a tecnologia, no mundo moderno, constituem-se em mercadorias, produzidas e apropriadas pelos grandes interesses, e as fontes, sejam elas pesquisadores, cientistas ou técnicos, podem estar absolutamente contaminadas por vínculos de toda ordem. Inúmeras publicações científicas de prestígio, em todo mundo, estão atentas para esta relação promíscua e têm exigido, cada vez mais, a declaração dos vínculos funcionais ou comerciais dos pesquisadores que a elas encaminham seus artigos.

Destácio (in KREINZ; PAVAN, 2003) lembra estarmos assistimos ao debate sobre a necessidade de transparência nos resultados de ensaios clínicos porque, ao longo do tempo, grandes empresas farmacêuticas esconderam informações vitais para a população.

Diz Tuffani (in KREINZ; PAVAN, 2004) que os mecanismos de plantação de notícias de interesse privado, travestidas de informações de interesse público, tornaram-se mais sofisticados e eficazes com o passar dos anos. No jornalismo de ciência, esses mecanismos se tornaram mais freqüentes no campo da pesquisa médica, especialmente no noticiário sobre novos medicamentos. Nem mesmo conceituadas publicações científicas médicas escaparam das investidas dos interesses privados, como deixam muito claro os casos de ocultação de conflitos de interesse.

Eugênio Bucci (in KREINZ; PAVAN, 2004) chega até a afirmar existir uma incompatibilidade entre o que gera comunicação social na forma de nova economia, a chamada economia do espetáculo, e aquilo que perseguiu a ciência. Lembrando Guy Debord, o autor afirma ser o espetáculo o capital em um tal grau de concentração que se torna imagem. Qualquer circulação de riqueza precisa ser precedida pela circulação da imagem, do signo, que dá sentido a essa mercadoria. Isso significa, afirma Bucci, que a mídia atual pode ser entendida como uma super indústria, e que nessa mídia tudo aquilo que antes se encontrava em campos separados da economia passa a confluir para um único centro, que seria o centro do espetáculo.

A ciência, afirma o autor, precisa se vender também como espetáculo. E as conseqüências dessa nova forma de comunicação ainda estão por ser medidas e analisadas, mas claramente alteram aquilo que se pode chamar de divulgação científica. Bucci (in KREINZ; PAVAN) fala de uma crise de racionalidade nos procedimentos da mídia, uma crise de capacidade crítica no conhecimento cotidiano do jornalismo e, por fim, uma crise da própria ciência em fazer com que as suas noções de objetividade possam ser compartilhadas

no círculo mais amplo pelos atores sociais.

As estrelas da ciência passam a ser as grandes estrelas da mídia que, num círculo vicioso, se credenciam a obter maior poder dentro da academia. Comumente, os jornalistas citam tais cientistas como exemplos quando pretendem dar credibilidade às informações científicas que divulgam na mídia.

5 REVISTA VEJA

Veja é hoje a revista mais vendida e mais lida do Brasil, sendo a única revista semanal de informação no mundo a desfrutar de tal situação. Em outros países, as revistas semanais de informação vendem bem, mas nenhuma alcança o feito de ser a mais vendida, posto que geralmente fica com as revistas de tevê. Mas essa posição de destaque só foi conquistada após a revista passar por períodos de dificuldades e baixas vendas.

A revista foi lançada em setembro de 1968, em plena época de ditadura no Brasil. Na Carta do Editor, Victor Civita escrevia, aos seus potenciais leitores que Veja queria ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros. Para fazê-la, foram selecionados 100 de 1800 candidatos universitários de todos os Estados para realizar um inédito curso intensivo de jornalismo. Ao término do curso, 50 foram selecionados e, junto com outros talentos, formaram aquela que Civita chamou de a maior equipe redacional já reunida por uma revista brasileira.

Veja nasceu com tiragem de 700 mil exemplares, com o objetivo de oferecer aos leitores uma seleção ordenada e concisa dos fatos essenciais da semana em todos os campos do conhecimento, explicando seu significado, fornecendo seu pano de fundo e servindo como uma espécie de rascunho semanal da história.

Pensada nos moldes da norte-americana Time, lutou com dificuldade, durante sete anos, contra os prejuízos e contra a censura do governo militar, até acertar sua fórmula. As vendas começaram a melhorar quando a revista passou a ser vendida por assinatura, em 1971. Hoje as assinaturas correspondem a cerca de 80% da venda dos cerca de 1,2 milhões de

exemplares semanais. É atualmente a quarta revista de informação mais vendida no mundo, atrás somente de três norte-americanas: Time, Newsweek, e US News & World Report.

-

-

-

; - NFUP EP M HLC

-

6.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise das matérias será elaborada mediante a análise de conteúdo, que se desenvolveu, nos Estados Unidos, como forma de instrumentalizar o estudo das comunicações. A Escola de Jornalismo da Universidade de Colúmbia foi o berço dessa técnica, que inicia com os estudos em jornalismo, na época da Primeira Guerra Mundial.

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que busca descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos, podendo ser utilizada no trabalho com entrevistas, cartas, jornais, revistas, livros, discos, gravações etc. Há diferentes formas de abordá-la. Para este trabalho, será utilizada a proposta de Bardin.

Os estudos quantitativos de jornais atravessaram distintas fases. Na primeira delas, entre 1940 e 1950, as regras são sistematizadas, com a análise de conteúdo sendo definida por B. Berelson apud Bardin (1977, p. 19) ¹ como “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

A preocupação é trabalhar com amostras reunidas de maneira sistemática, interrogar-se sobre a validade do procedimento e dos resultados, verificar a fidelidade dos codificadores, medindo a produtividade da análise. O foco, no período, é a política. Segundo Bardin (1977), 25% dos estudos empíricos de análise de conteúdo pertencem à investigação política.

¹ B. Berelson e P. F. Lazarsfeld. *The analysis of communications content*. University of Chicago and Columbia University., Preliminary Draft, Chicago e Nova Iorque, 1948.

Na fase seguinte, entre 1950 – 1960, porém, ocorre a expansão das aplicações da técnica a disciplinas muito diversificadas e o aparecimento de interrogações e novas respostas no plano metodológico. De acordo com Bardin, é como se a análise de conteúdo entrasse numa segunda juventude: desenvolvem-se novas considerações metodológicas e epistemológicas, e a técnica já não é considerada exclusivamente com um alcance descritivo. Neste período, toma-se consciência de que seu objetivo é a inferência, que deve ser realizada tendo por base indicadores de frequência ou de indicadores combinados. A partir dos resultados da análise, é possível regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações.

A partir da década de 1960, o computador vem oferecer novas possibilidades do uso das técnicas. Mas a realização de um programa de análise exige um acréscimo de rigor em todas as fases do procedimento. Exige-se uma preparação dos textos a tratar e uma definição mais precisa das unidades de codificação.

Bem empregada, as técnicas de análise visam a ultrapassar as incertezas, ou seja, verificar se aquilo que o pesquisador julga ver na mensagem está efetivamente contido nela e, também, provar se a leitura particular de um pesquisador é válida e generalizável. Portanto, as técnicas podem ser divididas em duas tendências: o desejo de rigor e a necessidade de descobrir, de adivinhar, de ir além das aparências (BARDIN, 1977, p. 29). Na prática, porém, as duas funções da análise de conteúdo podem coexistir de maneira complementar.

Consideradas como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, a análise de conteúdo tem um campo de aplicação extremamente vasto, uma vez que qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor, possibilita ser escrito e decifrado (BARDIN, 1977, p. 33).

Por se tratar de um método muito empírico, que depende do tipo de fala a que se dedica e da interpretação que se pretende como objetivo, não existem fórmulas prontas em

análise de conteúdo, mas, sim, algumas regras de base. Elas devem ser homogêneas (não misturar aspectos diferentes num mesmo grupo), exaustivas (esgotar a totalidade do texto), exclusivas (um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes), objetivas (codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais), adequadas ou pertinentes (adaptadas ao conteúdo e ao objetivo). (BARDIN, 1977)

Dessa forma, a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. E qualquer análise objetiva procura fundamentar impressões e juízos intuitivos, através de operações conducentes e resultados de confiança. Entretanto, o gênero de resultados obtidos pelas técnicas de análise de conteúdo não pode ser tomado como prova inelutável, mas indica os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso.

A intenção das técnicas é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dos textos. Inferência esta que recorre a indicadores. Segundo o autor, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio.

Portanto, Bardin define o termo análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (1977, p. 42)

As técnicas se dividem em torno de três pólos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

; - € R . C -

A *pré-análise* é a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, cujo objetivo é tornar as idéias iniciais operacionais e sistematizadas, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise (BARDIN, 1977). Em geral, esta etapa tem três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Estreitamente ligados uns aos outros, esses três fatores não se sucedem, necessariamente, segundo uma ordem cronológica.

A primeira atividade, a *leitura flutuante*, consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar para se deixar invadir por impressões e orientações. Trata-se de uma espécie de ‘*brainstorming*’ individual, onde o pesquisador está aberto a todas as idéias, reflexões e hipóteses. Acostumada a folhear a revista Veja semanalmente, a autora do presente estudo passou a se debruçar com maior afinco sobre as reportagens médicas em meados de 2004. A partir de uma primeira impressão, emergiram hipóteses, que, posteriormente, delimitaram os objetivos do estudo e, conseqüentemente, deram forma à ficha de leitura catalográfica utilizada para fins de análise.

Na segunda atividade, a *escolha dos documentos*, é delimitado o universo da análise, ou seja, o gênero de documentos sobre os quais se pode efetuar a análise. Para este estudo, que visa a conhecer como o conhecimento científico é divulgado em um meio de comunicação massivo e não-especializado, se optou pela revista semanal de assuntos gerais com maior circulação no país, ou seja, a revista Veja.

Estando este universo demarcado, é necessário proceder-se à constituição de um corpus. O *corpus*, afirma Bardin (1977), é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. Para defini-lo, é preciso respeitar as seguintes

regras:

- *Exaustividade*: não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão

- *Representatividade*: a análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem será rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo total

- *Homogeneidade*: os documentos retidos devem ser homogêneos, que dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios

- *Pertinência*: os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise.

-

Seguindo a regra de exaustividade e homogeneidade, o *corpus* deste estudo se constitui de todas as matérias sobre saúde com pelo menos uma página de extensão veiculadas nas 26 edições de Veja do primeiro semestre deste ano, entre 1º de janeiro e 30 de junho. Não foram incluídas as matérias com tamanho inferior a uma página em razão das mesmas não serem consideradas matérias e, sim, notas ou, como comumente usado no jargão jornalístico, materiolas. Tampouco se enquadram no *corpus* deste estudo matérias sobre beleza e estética. Embora a fronteira entre as áreas seja muito tênue, estabeleceu-se para este estudo que matérias sobre saúde são aquelas que tratam de temas relativos a doenças, enfermidades e males físicos ou mentais capazes de afetar as funções orgânicas regulares ou trazer prejuízos para o bom funcionamento do organismo. Dessa forma, o *corpus* se constituiu, no final, de 50

matérias.

A representatividade foi alcançada com a definição de uma amostra abrangente, constituída de todas as edições de Veja do primeiro semestre de 2005, totalizando 26 delas. Os documentos separados para análise são adequados para os objetivos a que este estudo se propõe, o que estabelece conformidade à regra de pertinências.

A atividade seguinte é a de *formulação de hipóteses e objetivos*. Uma hipótese é uma afirmação provisória que deverá ser verificada recorrendo aos procedimentos de análise, podendo esta ser confirmada ou não. Trata-se, portanto, de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso até ser submetida à prova de dados seguros. O objetivo é a finalidade geral do estudo (BARDIN, 1977).

As atividades seguintes são a *referenciação dos índices e a elaboração de indicadores*, em que os índices para nortear a leitura em função das hipóteses são escolhidos e organizados sistematicamente em indicadores, e a *preparação do material*, em que o *corpus* é reunido e organizado para a análise.

; 2 CF b - - Nb b

-

De acordo com Bardin (1977), se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise nada mais é do que a administração sistemática das decisões tomadas, embora se constitua na etapa mais trabalhosa da análise. Consiste na codificação, descrevendo a enumeração, sempre de acordo com os critérios previamente formulados. Nesse processo de sistematização, os dados brutos são agrupados em unidades, que permitem a descrição exata do conteúdo das comunicações.

A *codificação* é dividida em *recorte e enumeração*. Na primeira delas, são elaboradas as unidades de registro. Uma *unidade de registro* é uma unidade de significação a ser

considerada e codificada, que servirá como base no momento da categorização. As unidades de registro podem ser palavras, temas, objetos, personagens, etc. Esse primeiro recorte é importante, pois demarca os pontos a serem categorizados posteriormente. Muitas vezes se faz necessária a utilização de unidades de contexto para a compreensão exata da unidade de registro. Uma unidade de registro pode ter significado ambíguo, que precisa ser contextualizado para o entendimento correto.

Já a enumeração é a escolha das regras de contagem das unidades de registro. A contagem pode ser feita a partir da frequência, ausência ou presença dos elementos, ordem, etc. A escolha das regras de enumeração corresponde às hipóteses.

A categorização, situada dentro da fase de *classificação e agregação*, proporciona o agrupamento das unidades de análise. Quando o organizador categoriza elementos, está investigando o que cada um tem em comum com os outros, o que vai permitir a associação das categorias. A categorização dos elementos deve obedecer a apenas um critério, para que esse agrupamento seja possível. Não se pode, por exemplo, unir categorias relativas às fontes presentes nas matérias aos temas abordados em um mesmo grupo. Os dados resultantes desse tipo de categorização não corresponderão à realidade.

A escolha das categorias deve obedecer a princípios para que sejam pertinentes e adequadas.

- *Exclusão mútua*: os elementos devem corresponder a somente uma categoria, não ficando suscetíveis à inserção em mais de uma.

- *Homogeneidade*: os conjuntos categoriais devem funcionar com apenas uma dimensão de análise.

c) Sistema Circulatório: doenças ou questões relacionadas ao funcionamento do sistema circulatório, formado pelo coração, vasos sanguíneos (veias artérias e capilares) e vasos linfáticos.

d) Medicamentos: regulamentação, patentes e quebra de patentes, procedimento de pesquisa e desenvolvimento

e) Doenças mentais: variação do estado normal da mente capaz de produzir prejuízo na performance global da pessoa (social, ocupacional, familiar e pessoal) e/ou das pessoas com quem ela convive.

f) Questões hormonais: mecanismo de ação e produção de hormônios e glândulas de secreção internas, alterações no sistema endócrino. A diabetes, doença caracterizada pela alteração na produção e na atuação da insulina, não está incluída nessa categoria, por ter uma própria.

g) Doenças infecciosas: doenças causadas por vírus e bactérias. Não entra neste grupo as doenças infecciosas sexualmente transmissíveis, como a Aids

h) Diabetes: doença endócrina caracterizada pela alteração na produção e na atuação da insulina.

i) Genética: genoma humano, terapia com células-tronco, clonagem terapêutica.

j) Questões neurológicas: ligações neuronais, distúrbios e patologias do Sistema Nervoso Central.

l) Câncer: conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado (maligno) de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se (metástase) para outras regiões do corpo.

m) Tabagismo: malefícios causados pelo cigarro, tratamentos para largar o vício.

n) Outros: todos os temas que não se inserem em nenhuma das categorias acima.

D - - **b b** - .divididos em cinco categorias:

a) *Relevância/Impacto*: a relevância e o impacto são maiores à medida que os temas atingem um maior número de pessoas, como é o caso da grande epidemia ou de doenças infecciosas como a gripe.

b) *Pioneirismo*: questões originais

G b b (a matéria tem por objetivo apresentar) – dividida em oito categorias

a) *Medicamentos e produtos*: apresentar medicamentos ou produtos já existentes ou novidades que estão para serem lançadas no mercado.

b) *Formas de prevenção*: apresentar maneiras de evitar o surgimento de doenças e distúrbios.

c) *Formas de diagnóstico*: apresentar maneiras e aparelhos usados para detectar a presença de determinada doença ou distúrbio.

d) *Formas de tratamento e cura*: apresentar maneiras de combater e curar doenças e distúrbios.

e) *Estilo de vida e comportamentos*: apresentar comportamentos e estilos de vida.

f) *Nova forma de lidar com a doença*: apresentar uma nova forma de enxergar e lidar com determinada doença.

g) *Nova doença, riscos ou problemas*: apresentar novas doenças, riscos ou problemas.

h) *Novos benefícios*: apresentar novos benefícios de produtos, medicamentos e hábitos.

O - - - -dividido em seis categorias: nenhuma, uma, duas, três, quatro, cinco ou mais.

a - b- -divididos em seis categorias: hospitais particular; hospital público ou universitário; universidade; órgão público; sociedade, associação ou federação médica; laboratório ou centro de pesquisa particular.

V - - b- - b -A b- -foram consideradas somente aquelas figuras de linguagem utilizadas para traduzir o conhecimento científico.

R b - b b - b - b-A b- -foram incluídas somente aquelas revistas científicas que são referidas nas matérias por terem publicado anteriormente os resultados daquele determinado tema em pauta. -

-

I - - b -A b- -foram consideradas fontes impessoais todas aquelas instituições que são citadas de forma direta na reportagem e não por meio da vinculação de um profissional. Livros e revistas não foram considerados fontes impessoais.-

P - - - b b - campo aberto, reservado a anotações sobre a falta de contextualização.

P - - b - b - - b - -campo aberto, reservado a temas e nomenclaturas que não foram bem traduzidos para uma linguagem coloquial.

A indexação das matérias visava a oferecer o maior número de informações, de modo objetivo, preenchendo os campos da ficha de modo criterioso. A seleção dos campos foi feita a partir da observação das matérias de Veja e dos objetivos da pesquisa.

; **6 U b b - - T b - P - - L b -**

Nesta etapa, os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Os dados levantados permitem a construção de quadros de resultados, diagramas, figuras, modelos passíveis de testes de validação. De posse de resultados significativos e fiéis, o pesquisador pode propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.

As *inferências* de uma análise de conteúdo podem incidir sobre qualquer parte do processo de comunicação, da mensagem, do receptor ou do emissor. Partindo-se da hipótese de que a mensagem representa quem a comunica, pode-se afirmar que, através de sua análise, estudamos o emissor. A mensagem pode, também, fornecer informações sobre o destinatário, pois tem nele sua finalidade. Dessa forma, a mensagem permite dois tipos possíveis de inferência sobre a significação ou/e o código.

A *interpretação*, segundo Bardin (1977, 39), é a “significação concedidas às
caracter

6.2 WINISIS

O *software* CDS/ISIS, (*Computerized Documentation System - Integrated Set for Information System*) foi criado para o armazenamento e recuperação de informação bibliográfica, hermerográfica, audiovisual, enfim, para gerenciamento de informações bibliotecárias.

O programa foi assumido pela UNESCO em 1985, e é desenvolvido desde então por Giampaolo Del Bigio. A entidade autoriza seu uso, sob licença, através da distribuição gratuita pelo *site* <http://www.unesco.org/isis>. Ao aceitar o termo de compromisso, o usuário assume a responsabilidade de não comercializá-lo. A licença também pode ser obtida através do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) que, além da distribuição do programa, atua como centro de desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas ao CDS/ISIS. O BIREME é responsável, por exemplo, pelo WWISIS, programa que possibilita a disponibilização de bases de dados do Winisis na internet.

O Winisis é a versão do CDS/ISIS para a plataforma Windows e funciona a partir de janelas que auxiliam na interface amigável e acessibilidade do programa. Ele pode ser utilizado para o armazenamento de qualquer tipo de dados, letras ou números.

O Winisis pode trabalhar com mais de um usuário acessando a mesma base de dados simultaneamente, além de gerenciar várias bases que trocam informações entre si. Como *base de dados*, entende-se o local onde ficam armazenadas informações referentes a uma única catalogação. Já o *banco de dados* é o conjunto das bases que podem ou não ter dados comuns.

Segundo Buxton (2002), o Winisis traz facilidades para as seguintes operações:

- *Ingresso de informação*: também chamado de *entrada de dados*, é a possibilidade que o programa tem de estar em constante atualização.

- *Visualização em planilhas ou por impressão*: as informações inseridas na ficha de entrada de dados podem ser visualizados de diferentes formas, bastando que se faça a programação de como os campos ficarão organizados na folha de impressão.
- *Recuperação de registros que cumprem certas condições e posterior ordenamento para impressão*: os registros são pesquisados a partir de indicadores programados pelo usuário. É possível selecionar buscas por palavras ou frases. O programa gera um dicionário baseado na seleção das buscas a ser impresso em forma de listagens aleatórias ou por campos específicos. A impressão do dicionário é sempre feita em ordem alfabética.
- *Exportação e importação de registros de outras bases de dados*: as informações contidas em uma base podem facilmente ser adicionadas a outras através dos recursos de importação e exportação.
- *A operação é interativa mediante menus e respostas à mensagem e/ou preenchimento de formulários, podendo selecionar o idioma em que estes se apresentam*: o Winisis possibilita que a tradução de seus *menus* seja feita por qualquer usuário, facilitando seu uso.

Numericamente, o Winisis comporta o manuseio de: inúmeras bases de dado simultaneamente; bases com 500 milhões de caracteres; o armazenamento de 16 milhões de registros (fichas) com até 32 mil caracteres distribuídos em 200 campos diferentes; campos repetitivos e de tamanho variável.

Os campos de entrada de dados do Winisis podem ser repetitivos, ou seja, em um mesmo campo podem ser inseridas múltiplas informações, ordenadas independentemente umas das outras. No caso de categorias, por exemplo, os vários níveis podem ser dispostos em um mesmo campo facilitando o fichamento.

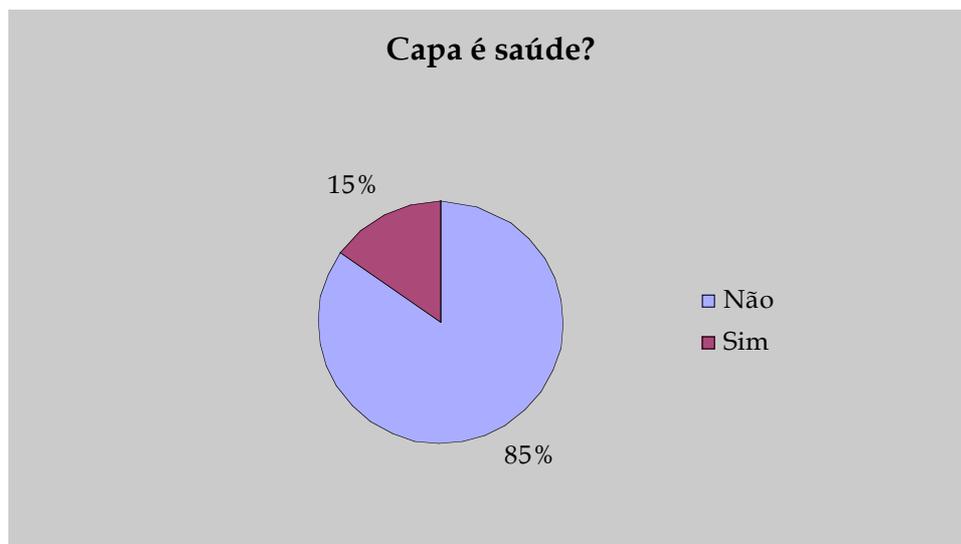
O Winisis é uma ferramenta de grande utilidade no processamento dos dados, na análise de conteúdo. A partir do fichamento das informações em campos independentes, que podem ser ordenados de acordo com a necessidade do usuário. O levantamento dos resultados

ET 31 0 Tm(c) Tj 50 0 0 50 1300 Tm(r) Tj 50 0 0 550 55 0 Tuz(or) Tj 50 0 0 50 361

7 RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise foi dividida em duas etapas: a simples, em que os dados são apresentados de forma direta, e a cruzada, em que é feito o cruzamento de algumas variáveis para trazer à tona informações sobre a forma como Veja aborda temas de saúde. As análises simples e cruzadas são apresentadas juntas nesta pesquisa. A partir da interpretação dos dados quantitativos surgidos nessas duas etapas, é possível fazer inferências sobre o perfil das matérias Veja, dando um caráter qualitativo à pesquisa.

7.1 TEMAS DE CAPA



No período de janeiro a junho de 2005, os temas de saúde representaram cerca 15% das capas, um número considerado expressivo levando-se em consideração que, há alguns anos, não eram freqüentes encontrados nas páginas das revistas semanais. Em abril, mês em que morreu João Paulo II e, em junho, quando as denúncias de corrupção do governo Lula tiveram início, não houve nenhuma capa sobre saúde. Nos demais meses, os temas de medicina figuraram na capa uma vez ao mês. Face a isso, questiona-se o que ocorreu com a prática jornalística nos últimos anos para se chegar a esse cenário. Por que notícias de saúde estão sendo elevadas à capa, ocupando o espaço que outrora foi de temas econômicos, internacionais e políticos, entre outros. A mudança seria uma resposta aos anseios que permeiam a sociedade, da luta pela sobrevivência, ou estaria relacionada a interesses capitalistas por detrás da escolha desses temas?

Os assuntos que mereceram ser manchete da publicação foram a saúde sexual, os medicamentos, a ciência do sangue e o câncer, conforme apresentado a seguir:

Veja, São Paulo, edição 1888, ano 38, n. 3, 19 jan. 2005.

Saúde sexual - A ciência mostra que o bem-estar físico e psicológico depende muito mais da sexualidade do que se pensava

Veja, São Paulo, edição 1890, ano 38, n. 5, 2 fev. 2005.

A verdade sobre os remédios – Veja ouviu 35 especialistas sobre os benefícios e riscos dos 100 remédios e suplementos mais consumidos no Brasil

Veja, São Paulo, edição 1895, ano 38, n. 10, 9 mar. 2005

A ciência do sangue – Novos exames revolucionam a medicina preventiva. Eles apontam os assassinos invisíveis que causam câncer, diabetes e ataque cardíaco

Veja, São Paulo, edição 1895, ano 38, n. 10, 9 mar. 2005

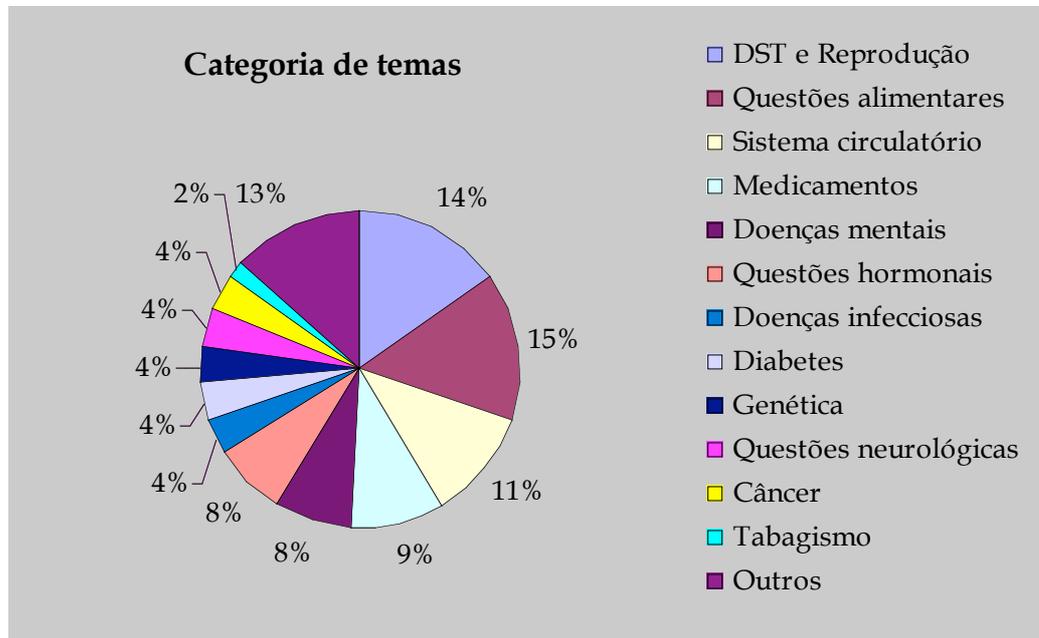
Câncer: "Não quero que ninguém tenha pena de mim" – A luta pública do ator Raul Cortez contra um câncer mostra não apenas coragem. É um sinal dos tempos: com o fim dos tabus, pacientes e familiares sofrem menos ao enfrentar abertamente a doença

O psicólogo Abraham Maslow (BURKETT: 1990) desenvolveu a proposição de que as pessoas agem para preencher certas *necessidades e gratificações*. A idéia de que parte desse preenchimento pode vir através da mídia orienta parcialmente o processo de seleção de notícias científicas e, em especial, daquelas que serão elevadas à capa. A primeira necessidade proposta por Maslow é a de sobrevivência. Devido ao medo da morte e ao desejo pela longevidade do homem, matérias que lidam com os aspectos fundamentais da sobrevivência, como alimentação, moradia, saúde e procriação atraem os leitores. O mesmo pode ser dito em relação àquelas notícias que tratam sobre os avanços da medicina. Uma vez satisfeita essa primeira necessidade básica, o ser humano busca, então, preencher suas necessidades culturais e de conhecimento. Assim, temas que envolvem o estilo de vida ou satisfaçam curiosidades em torno do organismo humano podem dominar os interesses dos leitores.

Os quatro assuntos que mereceram a capa da publicação atendem a essas necessidades de sobrevivência e de conhecimento propostas pelo autor. Ainda considerada tabu, a sexualidade é um assunto que gera muitas dúvidas, despertando o interesse e a curiosidade das pessoas, levando-as a ler matérias sobre esse tema. Já os medicamentos, são considerados uma das principais armas utilizadas pelo homem em sua luta pela sobrevivência. O diagnóstico preventivo, tema da reportagem sobre a ciência do sangue, aumenta as chances de combate das enfermidades. Por fim, o câncer segue atraindo a atenção de leitores por ainda ser considerado uma grande ameaça à vida.

Quanto às matérias, os temas mais escolhidos foram DST e Reprodução, questões alimentares e sistema circulatório.

7.2 CATEGORIA DE TEMA



No jornalismo médico, a escolha de doenças a serem abordadas está intimamente relacionada à situação econômica dos leitores. Algumas doenças são totalmente democráticas, atingindo pessoas em igual proporção independentemente da idade, classe social ou sexo. Outras, no entanto, são típicas de populações pobres, raramente sendo contempladas em publicações voltadas para públicos de classes mais altas.

A principal categoria de temas, responsável por 15% das matérias, é referente às questões alimentares. Com o avanço da medicina nas áreas de cirurgia plástica e estética, a boa aparência se tornou uma necessidade quase tão importante como a saúde, em especial nas classes média e média alta. A busca pelo considerado corpo perfeito, dentro dos ditames atuais da moda, se tornou uma obsessão para muitas mulheres, que estão sempre em busca de uma dieta capaz de exterminar com os quilos indesejados. Em seis meses, Veja apresentou sete matérias sobre dietas e formas de perder peso, incorrendo em contradição, uma vez que na primeira reportagem sobre os cuidados com o peso, publicada em janeiro, chegou a sugerir aos leitores que não embarcassem em dietas da moda.

Representando 14% das matérias, a segunda categoria de temas que mais aparece em *Veja* é relativa às questões de reprodução e sexualidade, que atingem a todas as pessoas. A medicina evoluiu muito nas últimas décadas, sendo capaz de desenvolver medicamentos e vacinas contra todas aquelas doenças causadas por vírus e bactérias com mecanismo de ação relativamente simples. Até hoje, no entanto, ainda tenta desvendar como funciona o HIV e batalha para desenvolver uma vacina capaz de prevenir e tratar da Aids, doença que foi abordada duas vezes pela publicação no primeiro semestre deste ano.

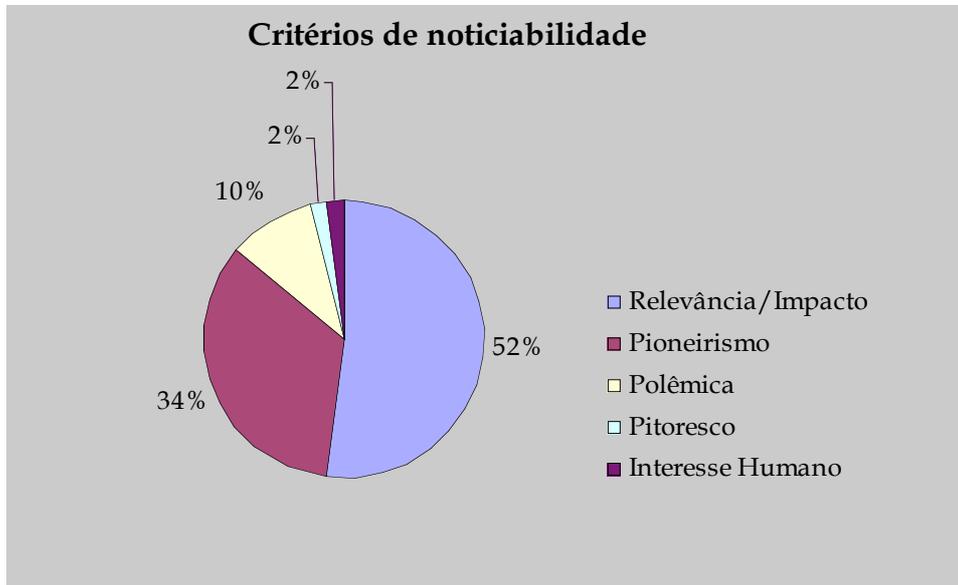
A terceira categoria de tema é a das doenças cardiovasculares, principal causa de mortalidade no mundo, em especial nos países de desenvolvidos. E o público de *Veja*, constituído pelas classes mais altas da sociedade brasileira, tem comportamento similar ao das populações dessas nações.

Por conta de uma edição cujo foco principal era debater a questão dos medicamentos e o papel das agências reguladoras, os remédios se constituíram na quarta categoria de temas mais presente, representando 9% das matérias. Nessa edição, foi apresentado um guia de uso de 100 remédios. Foram ouvidos quase 40 especialistas para ajudar a dirimir as dúvidas mais freqüentes e a dar sugestões de uso e de como diminuir os efeitos adversos dos medicamentos.

A freqüência dessa última categoria de temas mais uma vez traz à tona o questionamento sobre a existência de interesses comerciais por detrás da prática jornalística. O que leva *Veja* a apresentar um guia de medicamentos e a debater questões como patentes, medicamentos genéricos e similares? Estaria a publicação defendendo o interesse de grandes fabricantes? Essas são algumas questões que intrigam a pesquisadora.

Os critérios que tornaram esses fatos em notícia foram, principalmente, a relevância e o impacto, e o pioneirismo.

7.3 CRITÉRIO DE NOTICIABILIDADE



A primeira missão dos jornalistas científicos, assim como dos demais jornalistas, é detectar quais acontecimentos deverão ser transformados em notícias científicas. Burkett (1990) propõe alguns critérios para essa avaliação. Para ele, o senso de oportunidade e o *timing* são fatores determinantes, como o fato de se falar em doenças que estejam de acordo com a estação que transcorre ou se aproxima, como falar de insolação no verão e, de resfriados, no inverno. Temas de maior impacto também merecem destaque, assim a grande epidemia terá maior valor noticioso do que o resfriado comum. O pioneirismo e a singularidade trazem em si a novidade, o chamado furo noticioso. O interesse humano, outro critério noticioso, é encontrado em matérias que apelam às emoções, como as que expõem o drama de pacientes terminais. Por fim, para o autor, a variedade, a polêmica e o conflito também são assuntos que merecem ganhar páginas de jornais e revistas.

Em mais da metade das reportagens, o critério de noticiabilidade foi a relevância e o impacto. Os temas escolhidos para figurar nas páginas foram problemas de saúde comuns a

um grande número de pessoas, como as questões de alimentação, a reprodução e as doenças cardiovasculares, uma vez que Veja é dirigida a um público massivo de milhares de leitores.

Para um fato ser considerado notícia, ele deve ser atual, uma vez que a atualidade é um dos critérios que diferenciam o jornalismo da história. O jornalismo científico, no entanto, reserva uma característica bastante particular sobre esse aspecto: o atual na cobertura de ciência e tecnologia é menos rígido do que em outras áreas, uma vez que o processo de produção científica é mais lento, mais demorado e quase sempre o que se revela hoje na mídia já foi provado há algum tempo (COSTA BUENO, 2005).

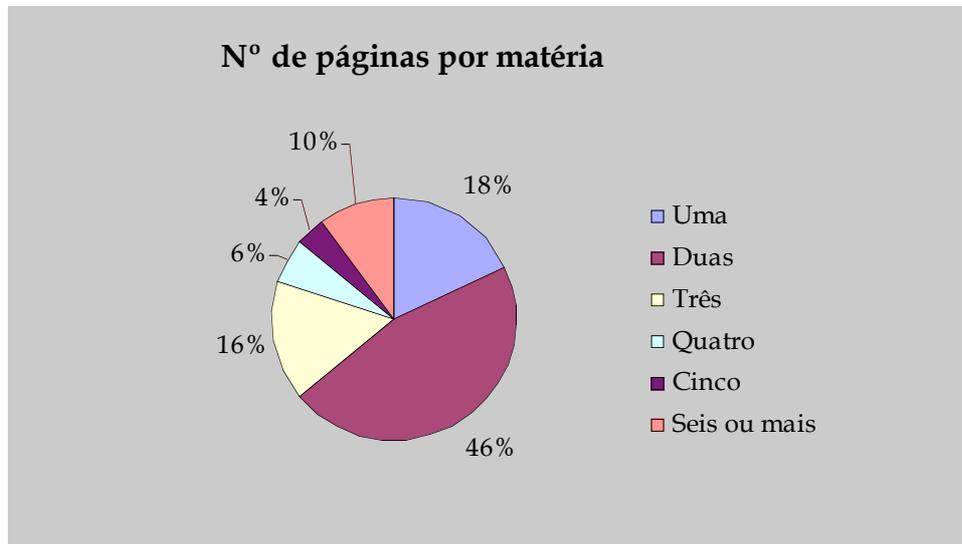
Embora não seja um veículo diário e, portanto, não tenha uma preocupação tão forte com o atual, se percebe que Veja prima por encontrar um ângulo ou gancho novo para os temas de saúde. O pioneirismo foi o segundo critério de noticiabilidade mais empregado, estando presente em cerca de um terço das matérias. O gancho, geralmente, é o anúncio de um novo medicamento de um grande laboratório farmacêutico, o que, mais uma vez, levanta a suspeita de haver um jogo comercial na escolha das matérias de saúde da revista. Em geral, é abordada uma doença para a qual existe a promessa de um medicamento que irá revolucionar o tratamento da mesma.

Sobre temas que geram controvérsia, Oswaldo Frota-Pessoa (in KREINZ; PAVAN, 2004) salienta que as conquistas da genética molecular vêm criando novos campos para cogitações éticas, a serem preenchidos por ampla discussão seguida de legislação. Isso aumenta a tarefa e a responsabilidade dos divulgadores de ciência, exigindo deles que tornem compreensíveis para os leigos argumentos antagônicos emanados pela biotecnologia, como é o caso dos transgênicos. O terceiro critério foi a polêmica, presente em 10% das matérias.

Das cinco matérias cujo critério de noticiabilidade foram a polêmica, duas são sobre a regulamentação dos medicamentos, tema abordado à luz do escândalo do antiinflamatório Vioxx, retirado do mercado por iniciativa da própria fabricante, a Merck & Co., após a

descoberta de que o consumo diário de 25 miligramas do medicamento por

7.4 NÚMERO DE PÁGINAS



Quase a metade das matérias de saúde publicadas em *Veja* tem duas páginas de extensão. Matérias de uma e três páginas também são freqüentes, representando 18% e 16% do total de reportagens analisadas, respectivamente. Como durante o período foram publicadas matérias com até 9 páginas de extensão, a média registrada por matéria ficou um pouco abaixo das três páginas, espaço que permite ao repórter apresentar os antecedentes e contextualizar os temas.

Quanto ao tamanho das matérias, Costa Bueno (2005) reforça que, para compreender a ciência e a tecnologia, os leitores precisam saber do contexto, ou seja, das implicações sociais, políticas e econômicas. Portanto, o repórter de saúde deve ir além de simplesmente apresentar os fatos, deve mostrar os antecedentes e as implicações futuras daquela notícia, para que seu leitor possa compreendê-la.

Destácio (in KREINZ; PAVAN, 2003) reforça essa opinião, afirmando que o jornalista deve buscar a inserção do conhecimento científico na sociedade, e evitando escrever sobre as novidades científicas como descobertas fantásticas, porém que pouco influenciarão

na vida das pessoas distantes da pesquisa. O divulgador deve buscar sempre fazer vislumbrar no leitor as perspectivas futuras, para que este enxergue a ciência como essencial ao mundo em que vive e presente ao seu cotidiano. Deve, também, apontar os benefícios ou melhorias que os avanços e os conhecimentos da ciência poderão trazer à sociedade, e às pessoas individualmente, sem espetacularizar a notícia ou trazer falsas esperanças.

Por fim, Dennis S. O’Leary (in DUNWOODY, 1986) diz que um bom jornalista científico deve colocar uma certa parcela dos antecedentes da pesquisa na matéria, para ajudar os leitores a compreender o contexto mais amplo no qual aquele tema está inserido, contribuindo assim em apontar suas possíveis conseqüências na sociedade e o impacto que poderá causar.

Percebe-se, dessa forma, que um texto, por mais bem escrito que seja, não alcançará os objetivos do jornalismo científico, caso não apresente os antecedentes ou contextualize aquela informação. Um leitor não saberá se um novo mecanismo de ação de determinado medicamento é mais eficiente ou melhor, se não lhe for informado de que forma os medicamentos anteriores funcionavam e o porquê se acredita aquele novo ser uma revolução.

É característica de revistas semanais como *Veja* dar maior profundidade aos acontecimentos da semana, apresentando suas implicações e seus diferentes ângulos. No caso das reportagens sobre saúde, isso não difere. Conforme se constatou, a publicação reserva espaço consideravelmente expressivo para tratar desses temas. De modo geral, as matérias de *Veja* contextualizam os assuntos, apresentando seus antecedentes e suas repercussões.

O número médio de quase três páginas por matéria permite à publicação espaço suficiente para traduzir para uma linguagem menos especializada o discurso científico. Segundo Hernando (1992), a ciência impõe seus modelos, seus jargões particulares e uma linguagem própria, na maioria das vezes ininteligível para o menos letrado. O trabalho de tradução da mensagem científica é um processo trabalhoso e repetitivo, pois o redator deve ir

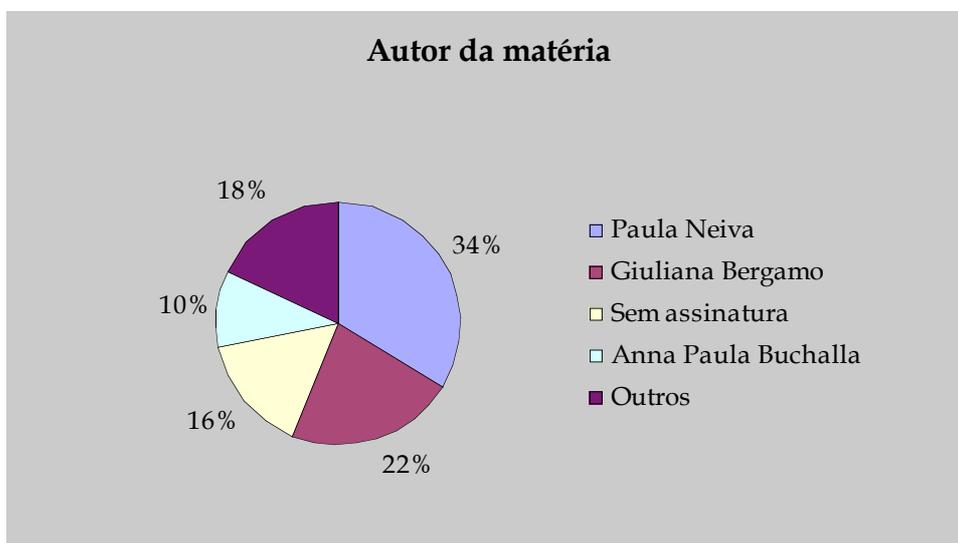
de uma linguagem a outra até alcançar um texto jornalístico que, preservando os conteúdos da ciência, esses sejam divulgados numa linguagem compreensível para o público.

Em algumas matérias, no entanto, o nome de doenças pouco conhecidas é citado sem o acompanhamento de uma explicação. Talvez isso ocorra devido ao fato de essas enfermidades não serem o foco principal da matéria. Os termos que geram dúvida foram: arteriosclerose, colite, retinopatia, pólipos intestinais, listeriose, clamídia, tricomoníase, icterícia, bilirrubina, toxina botulínica, cretinismo e bócio endêmico.

Embora toda a reportagem tenha de ser escrita de forma clara, a falta de tradução desses termos secundários não compromete o entendimento geral do assunto. De qualquer maneira, Veja deveria se preocupar em traduzi-los, para permitir uma compreensão total da matéria, atingindo os objetivos do jornalismo científico.

Para conseguir traduzir temas da área, muitos autores afirmam ser necessário o veículo manter jornalistas especializados, com uma melhor formação em ciência, entre seus profissionais.

7.5 AUTOR DA MATÉRIA



A análise da autoria das reportagens permite identificar que a revista tem por costume reservar temas de medicina a um determinado grupo de repórteres, embora profissionais que escrevam para outras áreas, como economia e política, também escrevam sobre saúde.

Cerca de 65% das matérias são de autoria dos chamados repórteres especializados, ou seja, aqueles que comumente trabalham na área. A principal delas é Paula Neiva, autora de um terço das reportagens. Giuliana Bergamo é autora de 22% delas, enquanto Anna Paula Buchalla, de 10% delas.

Segundo Sharon Friedman (1986), o tamanho da empresa tem papel fundamental em determinar se há repórteres especializados na redação, e o tipo de reportagem que é realizada. Em geral, revistas e jornais de grande circulação conseguem deslocar repórteres para trabalhar reportagens especiais, dando-lhes mais tempo para tratar de um determinado tema.

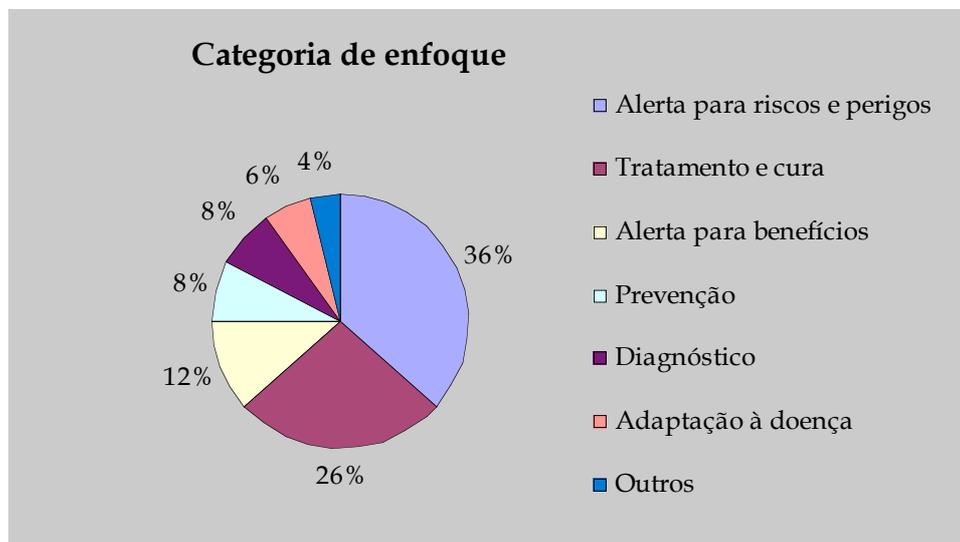
Com 1,2 milhão de exemplares vendidos a cada semana, Veja é considerada a revista com maior circulação no país. Com esse tamanho, se imaginaria que mantivesse repórteres especializados em sua redação, uma vez que a maioria dos autores defende ser necessário aos jornalistas terem uma melhor formação em ciência para tratar de temas da área. Segundo Ernst Hamburguer (in KREINZ; PAVAN, 2004), esse conhecimento mais profundo é uma condição *sine qua non* para ser um bom jornalista científico, embora não seja suficiente. Destácio (in KREINZ; PAVAN, 2000) também concorda ser necessário ao jornalista que queira escrever sobre ciência e tecnologia se especializar nesse campo do conhecimento humano, para divulgá-lo de maneira correta e eficiente, pois somente entendendo suficientemente do assunto, conseguirá o repórter compreender os temas e transmiti-los de forma

a□4b(1) Tj 50 0 0 5039 0 Tm (i) Tj 50 0 0 50 40 0 Tm (

Embora não seja comum, a revista também dá espaço para que os médicos assumam o papel de divulgadores da ciência. Ao longo do período, houve, numa mesma edição, duas matérias em que os autores eram os próprios profissionais da área de saúde. Já numa outra edição revista, um médico escreveu um artigo de apoio à matéria principal. É provável, no entanto, que, em todos os três casos, as matérias tenham sido editadas pela redação, uma vez que os textos apresentavam estilo similar aos demais da publicação.

Na divulgação de temas de medicina, também é importante identificar sobre qual pilar da área as reportagens se baseiam: prevenção, diagnóstico, tratamento e cura ou adaptação à doença.

7.6 CATEGORIA DE ENFOQUE



De acordo com a análise, percebe-se que Veja está mais preocupada em alertar seus leitores para riscos e perigos (36%) e em apresentar o tratamento e a cura (26%) para doenças. A prevenção e o diagnóstico, embora presentes nas páginas, são menos frequentes, representando 8% dos enfoques cada. Conforme se supunha no início dessa pesquisa, a

adaptação à doença é pouca abordada, representando apenas 4% das matérias, apesar de muitas doenças e condições não serem passíveis de cura e o paciente tem de conviver com elas para o resto da vida ou, ao menos, por um longo período.

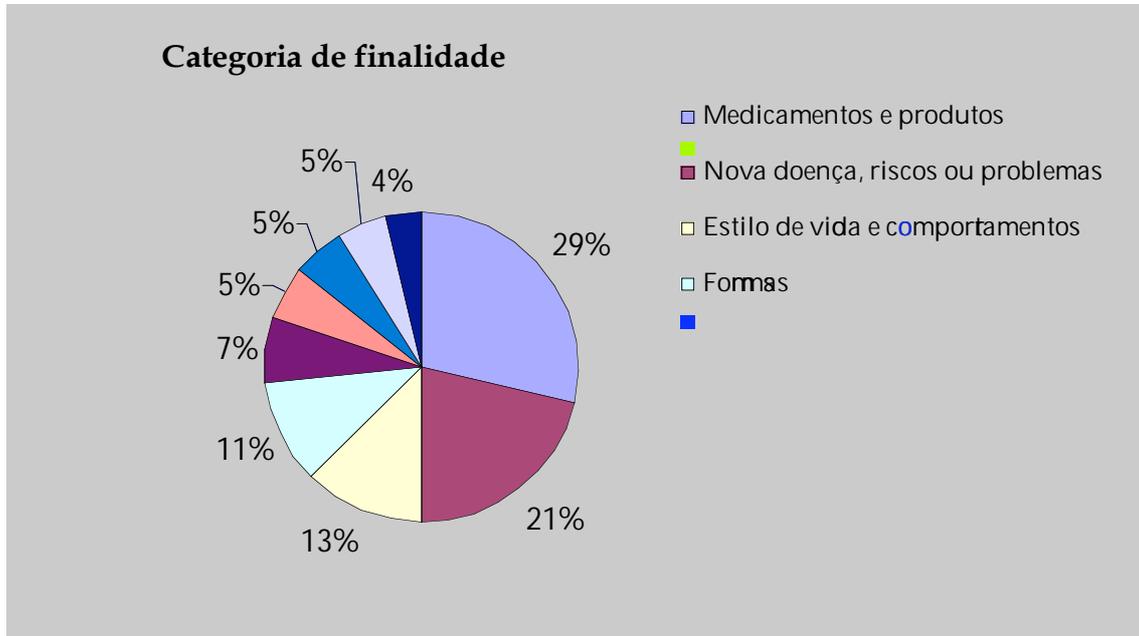
Apenas três das matérias analisadas tem como enfoque mostrar aos pacientes formas de conviver com uma determinada situação ou enfermidade. Uma delas é sobre como lidar com os amigos imagináveis criados pelas crianças, outra é um guia sobre o colesterol, que dá dicas ao leitor de como adaptar a rotina e a alimentação de forma a controlar o problema.

Por fim, a matéria sobre o fim dos mitos do câncer apresenta um relato detalhado do ator da Rede Globo Raul Cortez sobre como ele adaptou sua rotina após receber o diagnóstico. O ator diz:

Depois do susto inicial, recuperei meu humor. Passo os dias em meu sítio, fazendo caminhadas, conversando com os amigos pelo telefone lendo e vendo DVDs. Só fico frustrado por não conseguir pintar. Tento, mas não sai nada. O que importa é ter uma rotina e manter a mente ocupada. Sei que minha vida passou por uma grande mudança, mas sinto uma quietude interior. Estou mais tolerante com as pessoas, me divirto com elas, com seus defeitos (BERGAMO; VALLADARES, 2005, p.83)

Os enfoques norteiam finalidades específicas das matérias.

7.7 CATEGORIA DE FINALIDADE



Bastante focada no tratamento e na cura das enfermidades, Veja publica quase 30% de suas matérias com o objetivo de apresentar medicamentos e produtos para combater as doenças. Em uma das matérias, assumiu, inclusive, o papel de médico, sugerindo as quantidades de medicamento que deveriam ser ingeridas pelos pacientes. “A dose varia conforme o caso, mas uma combinação freqüente é de 20 miligramas de estatina com 10 miligramas de ezetimiba diariamente” (AS DESCOBERTAS, 2005, p. 92).

Nas demais reportagens com essa finalidade, Veja pode ser comparada a uma vitrine de farmácia, na qual é exposta, a cada semana ou mês, o que os laboratórios farmacêuticos estão prometendo de mais moderno na luta contra as enfermidades, o que corrobora a constatação de que a ciência e tecnologia, há muito, se transformaram em mercadorias. Para Gilles Lipovetsky, estamos vivendo a época do medo das doenças, da obsessão pela saúde e pela busca da longevidade. Por todos os lados, explodem os gastos com médicos e medicamentos, tornando a indústria farmacêutica e a da beleza os grandes filões de mercado.

“A temática da medicação marcará cada vez mais o consumidor, que irá virar hipocondríaco”¹.

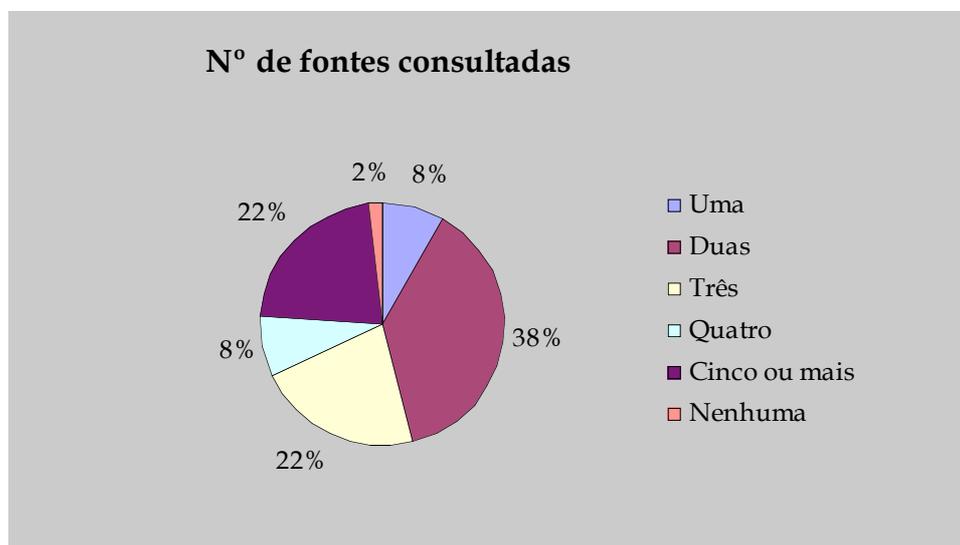
Quando à finalidade das matérias, pode se perceber que, cada vez mais, a ciência e a saúde são vendidas como mercadorias. A globalização dos mercados e a interferência abusiva do capital financeiro no universo da comunicação são realidades atuais, e fazem com que interesses comerciais se sobreponham, muitas vezes, ao interesse público, de tal modo que a sociedade se vê privada de informações e conhecimentos essenciais. Esse tipo de constatação traz questionamentos do tipo: será que Veja manipula as informações que publica de forma a beneficiar os grandes laboratórios farmacêuticos? As matérias da revistas são confiáveis? Veja, dessa forma, está prestando um serviço ou causando um desserviço à população?

Segundo Costa Bueno (2005), não se faz a grande ciência sem patrocínio e, evidentemente, quem paga essa conta exige algumas compensações. Por isso, diante de uma notícia sobre novas descobertas, o autor sugere aos jornalistas se fazerem algumas perguntas básicas: quem tem interesse na notícia, quem a está divulgando, quem vai lucrar com esta divulgação e o que a sociedade acha delas. Afinal, sabe-se que a indústria farmacêutica, a indústria bélica, a indústria de biotecnologia financiam projetos, mas impõem condições às equipes que os desenvolvem.

Admitir que os grandes interesses dominam parcela significativa da produção da ciência e da tecnologia, particularmente nos países desenvolvidos, portanto, é um passo importante, porque torna os jornalistas menos vulneráveis à influência de governos, associações, empresas e mesmo de pessoas comprometidas com a veiculação de determinada informação. O jornalista também se protege dessa influência ao trabalhar com informações de diversas fontes.

¹ Palestra proferida no Santander Cultural, em Porto Alegre, em 25 de agosto de 2005.

7.8 NÚMERO DE FONTES CONSULTADAS



Em quase 40% das matérias, os repórteres de *Veja* citam duas fontes. Em pouco mais de 20%, aparecem três fontes. Há um igual número de matérias em que são citadas cinco ou mais fontes. Em uma percentagem menor, matérias com quatro fontes correspondem a 8%. Somando-se todos esses percentuais, tem-se que cerca de 90% das matérias respeitam uma das principais características que distinguem o jornalismo das demais profissões da área de comunicação: o dever de trabalhar com informações de diversas fontes e de ser capaz de sintetizá-las.

Embora a multiplicidade de fontes seja a maioria, em quase 10% das matérias foi consultada uma fonte única, o que não é recomendado pelos autores, uma vez que pode elevar as chances do resultado final mostrar uma reportagem tendenciosa, de acordo com os interesses da fonte única. Uma dessas matérias é, inclusive, considerada pauta 500, em que é feita a oferta de um produto da própria editora Abril. Trata-se da matéria intitulada “*Boca a boca*” (BRASIL, 2005, p.98). Em outras duas matérias os autores são os próprios médicos. E, por fim, há a matéria “*Novos equipamentos domésticos podem informar sobre o estado de*

saúde de quem se pesa” (FONTANELLE, 2005, p.114-115).

Na matéria que usa o exemplo do thickburger, um super sanduíche, para abordar a recomendação do governo americano para motivar a população a fazer regime, não aparece nenhuma fonte na área de saúde. Segundo Hernando (1992), o jornalista enciclopédico e onisciente não é aceitável em nenhuma especialidade do jornalismo, muito menos na científica, tornando-se importante a citação da fonte em uma reportagem, cuidado não mantido por Veja nessa última matéria.

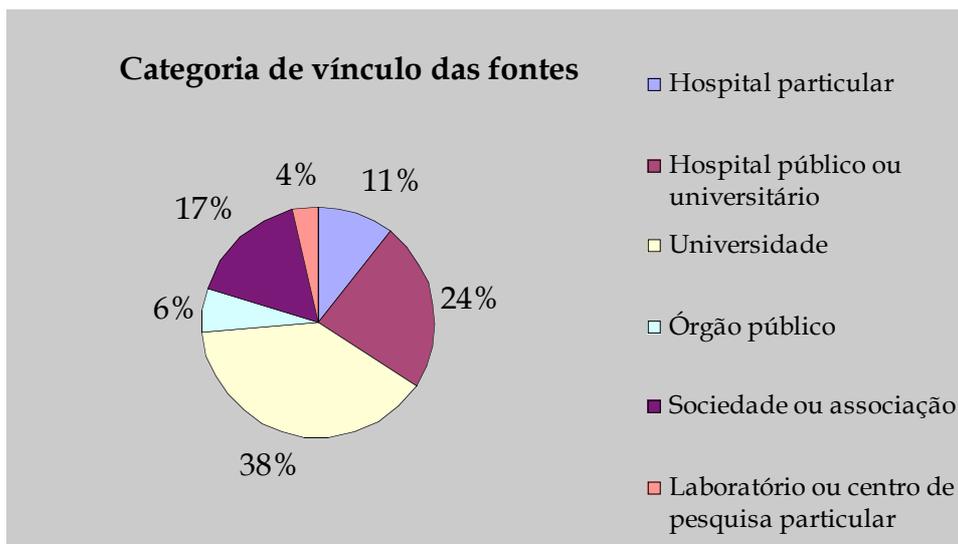
Em relação às matérias polêmicas, em 20% delas foram ouvidos três profissionais, enquanto que, em 40%, foram consultadas quatro fontes. Em outras 40%, foram citadas cinco ou mais fontes. Quanto ao número de fontes ouvidas nessas matérias cujo critério de noticiabilidade é a polêmica, Maurício Tuffani (in KREINZ; PAVAN, 2004) recorda de um dos exemplos mais notórios em que repórteres não lidaram com o contraditório, baseando suas matérias em somente um par de cientistas, que trabalhavam juntos. O fato ocorreu em 1989, quando os químicos Stanley Pons e Martin Fleischman, da Universidade de Utah, anunciaram ter obtido a fusão nuclear controlada. Embora o feito nunca tenha sido comprovado, ele levou cientistas de vários locais do planeta a confirmar terem obtido o mesmo resultado. O episódio mostrou que não só os jornalistas são sujeitos a erro, mas que cientistas também erram e podem se expor a situações insustentáveis na competição pela notoriedade. Por isso, os jornalistas não devem mostrar-se ingênuos ou deslumbrados com as descobertas científicas, confirmando sempre os fatos.

As reportagens, portanto, devem estabelecer o contraditório, quando forem abordados assuntos polêmicos e que gerem controvérsia. A revista Veja, conforme constatado na análise, respeita esse preceito, consultando sempre três ou mais fontes para essas matérias.

Ao citar as fontes, Erbolato (1981) afirma que o jornalista deve mostrar sempre *quem é quem*, ou seja, apresentar uma biografia de poucas linhas sobre o pesquisador, inventor ou

descobridor, mostrando qual seu vínculo e, portanto, os possíveis interesses que tem com aquela notícia.

7.9 CATEGORIA DE VÍNCULO DAS FONTES



Os jornalistas escolhem as fontes que julgam ter credibilidade junto ao leitor. Os pesquisadores que trabalham para indústrias privadas são bem menos requisitados do que aqueles que trabalham para o governo ou numa instituição pública, como universidades, porque, teoricamente, estes últimos, são mais isentos e, aparentemente, menos ligados a interesses financeiros.

Do total de fontes cujos vínculos foram citados nas matérias analisadas, as universidades representaram 38% do total. As duas universidades mais consultadas foram a Universidade de São Paulo, a USP, que aparece 18 vezes nas matérias, e a Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, Unifesp, citada 12 vezes. Elas são seguidas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a UERJ, da Universidade Estadual de Campinas e da norte-americana Yale, com duas aparições cada.

Além de estar situada na capital paulista, mesmo local onde está a redação de *Veja*, a USP é fonte freqüente da revista por ser a maior instituição de Ensino Superior e de pesquisa do país e por contar com pesquisadores de ponta na área de saúde. Conforme texto no site da universidade, é considerada a terceira instituição da América Latina e está classificada entre as primeiras cem organizações similares dentre as cerca de seis mil existentes no mundo. Com projeção marcante no ensino superior de todo o continente, a USP forma grande parte dos mestres e doutores do corpo docente do ensino particular brasileiro e carrega um rico lastro de realizações, evoluindo nas áreas da educação, ciência, tecnologia e artes.

Criada em 1933 por um grupo de médicos, a Escola Paulista de Medicina foi federalizada em 1956 e transformada em Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em 1994. Naquele ano, se tornou na primeira universidade especializada do país, como consequência da qualidade de seu ensino de graduação, do crescimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa, e pela abrangência da assistência à saúde da população: da atenção primária à de alta complexidade.

Os hospitais públicos ou universitários são a segunda categoria mais presente nas matérias, representando 24% do total. O Hospital das Clínicas de São Paulo aparece 19 vezes nas matérias, sendo nove delas referido por meio do Instituto do Coração - Incor. O hospital é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, para fins de coordenação administrativa, e associada à Faculdade de Medicina da USP, para fins de ensino, pesquisa e prestação de ações e serviços de saúde de alta complexidade destinados à comunidade. O segundo mais citado, o Hospital do Câncer A C Camargo, de São Paulo, aparece cinco vezes nas reportagens analisadas. Considerado referência em câncer, conta com instituição de tratamento, pesquisa e educação em oncologia.

As sociedades, federações ou associações de especialidades médicas representam 17% do total de fontes. Nessa categoria, as citações mais freqüentes ficaram por conta da

Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo, ambas com duas aparições.

Na categoria dos hospitais particulares, que representam 11% dos vínculos das fontes, a única instituição que aparece é o Hospital Israelita Albert Einstein, de São Paulo. Orientado pela busca da excelência na assistência à saúde, conforme afirma texto no seu site, ocupa posição de vanguarda entre as instituições hospitalares da América Latina. Pioneiro em alta tecnologia, este hospital é hoje o maior centro transplantador hepático da América Latina, realizando cerca de 120 transplantes de fígado por ano, quase 30% da média nacional.

Quanto à escolha das fontes, Nelkin (1995) cita uma pesquisa que aponta haver três fatores que influenciam na credibilidade das mesmas: estar de acordo com a corrente em voga, ter credenciais governamentais e já ter sido fonte previamente. Segundo ela, pelo menos dois estudos apontaram que os jornalistas costumam contatar mais os cientistas de tendência dominante ao invés dos dissidentes para buscar as informações que deseja. Numa matéria polêmica, entretanto, é importante sempre aparecer o controverso, pois, se existe uma opinião contrária a determinado tópico que está sendo abordado, ela deve aparecer, para que o leitor possa, por si só, fazer seu julgamento, uma vez que o conhecimento é transitório, estando sempre em processo de construção e reconstrução, o que refuta a idéia de verdade absoluta e final.

Os cientistas de órgãos oficiais, como os do National Institute of Health (NIH) ou do Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC), ambos nos Estados Unidos, local onde foram conduzidos os estudos, também costumam ser mais chamados, devido à credibilidade e à isenção, mesmo que não seja para falar de um assunto o qual pesquisaram especificamente. Por fim, um cientista pode ser considerado uma fonte válida e com credibilidade somente por ter sido fonte no passado.

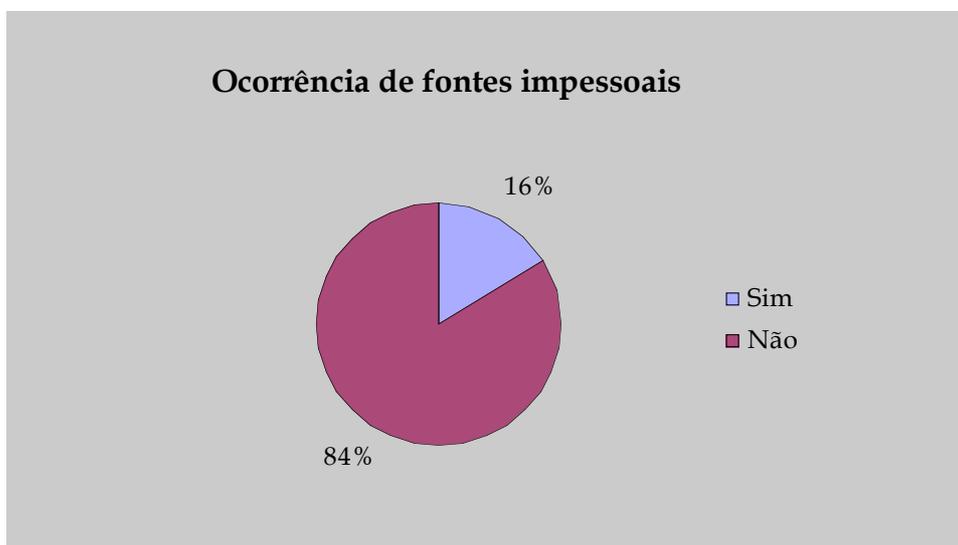
Em relação à análise feita nas matérias de Veja, é possível afirmar que a revista se

preocupa em escutar fontes de órgãos oficiais, embora isso não ocorra com tanta frequência. No Brasil, afirma, Costa Bueno (2005), quase sempre as fontes na área de Ciência e Tecnologia estão nas universidades e nos institutos de pesquisa. Como o governo é ainda quem mais patrocina a pesquisa, é mais fácil encontrar as boas fontes em universidades, em especial as públicas, fato que pôde ser constatado nas páginas de Veja.

O tipo de fontes consultadas nas matérias cuja finalidade é apresentar medicamentos e produtos não difere das demais reportagens como um todo. Nessas matérias, Veja também escuta, com mais frequência, universidades, hospitais públicos ou universitários e sociedades de especialidades médicas.

Uma das diferenças em relação às demais reportagens é quanto ao aparecimento de institutos de pesquisa, como é o caso do Fleury, de São Paulo, referido três vezes nas matérias sobre medicamentos. Criado em 2003, esse instituto é uma entidade sem fins lucrativos que tem por missão implementar projetos educacionais, sociais, de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Faz parcerias com universidades, institutos, instituições privadas, incluindo os laboratórios farmacêuticos, e agências de fomento à pesquisa.

7.10 FONTES IMPESSOAIS



Para fins dessa análise, foram consideradas fontes impessoais todas aquelas instituições que são citadas de forma direta na reportagem e não por meio da vinculação de um profissional, sendo que livros e revistas não foram considerados nesse campo. De acordo com esse parâmetro, apenas 16% das matérias apresentam fontes impessoais.

Os laboratórios farmacêuticos, que não aparecem nenhuma vez como fonte nas reportagens, correspondem a quase 60% das fontes impessoais. Eles aparecem nas matérias que apresentam medicamentos e produtos, sendo citados como fonte em quadros e boxes que trazem informações sobre as novidades que comercializam ou que estão prestes a serem lançados no mercado.

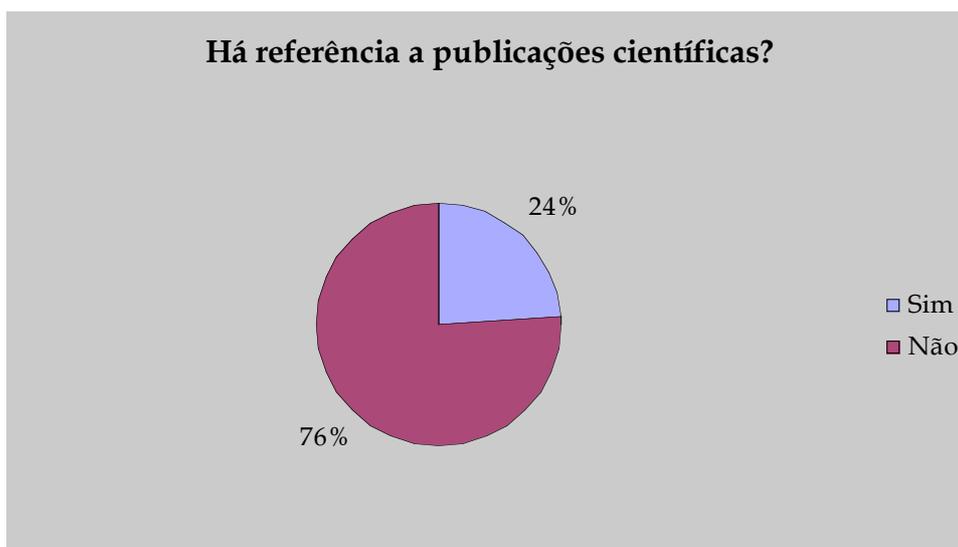
Com essa postura, de não citar profissionais dos laboratórios nas matérias, Veja não perde tanto em credibilidade junto a seus leitores. Trata-se de um sofisticado mecanismo de plantação de notícias de interesse privado, travestidas de informações de interesse público. No jornalismo de ciência, esses mecanismos se tornaram mais frequentes no campo da pesquisa médica, especialmente no noticiário sobre novos medicamentos, e nem mesmo conceituadas

publicações científicas médicas escapam das investidas dos interesses privados.

As demais fontes impessoais são o Centro para Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, a agência norte-americana de regulamentação de medicamentos, a Food and Drug Administration, a Organização Mundial de Saúde, sociedades de especialidade médicas, a UERJ e o Fiocruz.

Além de com fontes impessoais e pessoais, os jornalistas de ciências obtêm material para suas matérias de publicações científicas.

7.11 REFERÊNCIA A PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

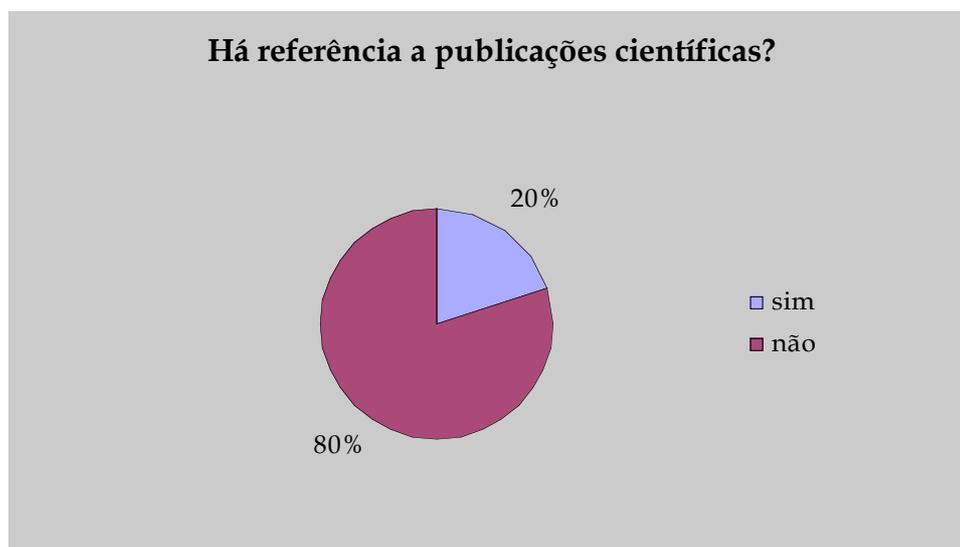


Em cerca de um quarto das matérias analisadas, é feita referência a estudo publicado em revista científica. O título mais citado, com três referências, é o The New England Journal of Medicine, publicação semanal de temas gerais em medicina mantida pela Sociedade Médica de Massachusetts. As demais publicações científicas são citadas apenas uma vez cada.

Quanto à referência a publicações científicas, Costa Bueno (2005) diz que muitos jornalistas de ciências obtêm material para suas matérias nesses títulos, que são considerados confiáveis, uma vez que os artigos, antes de serem publicados, passam por uma revisão dos pares, que, teoricamente, é isenta. Além disso, em razão de embargos impostos pelas publicações, as novidades costumam ser publicadas pela primeira vez nos títulos científicos.

Embora não adote essa postura na maioria das matérias, Veja tem por costume se pautar por essas publicações, levando às suas páginas estudos publicados anteriormente em títulos científicos.

7.11.1 Medicamentos e Produtos X Ref. Pub. Científicas



Em Veja, há somente três referências a publicações científicas nas matérias sobre lançamento de medicamentos, o que não significa necessariamente que pesquisas sobre outros remédios apresentados nas páginas da revista não tenham sido anteriormente publicados nesses títulos. O que pode se afirmar é que somente três vezes Veja teve a preocupação de citar em que publicação científica aqueles resultados haviam sido publicados.

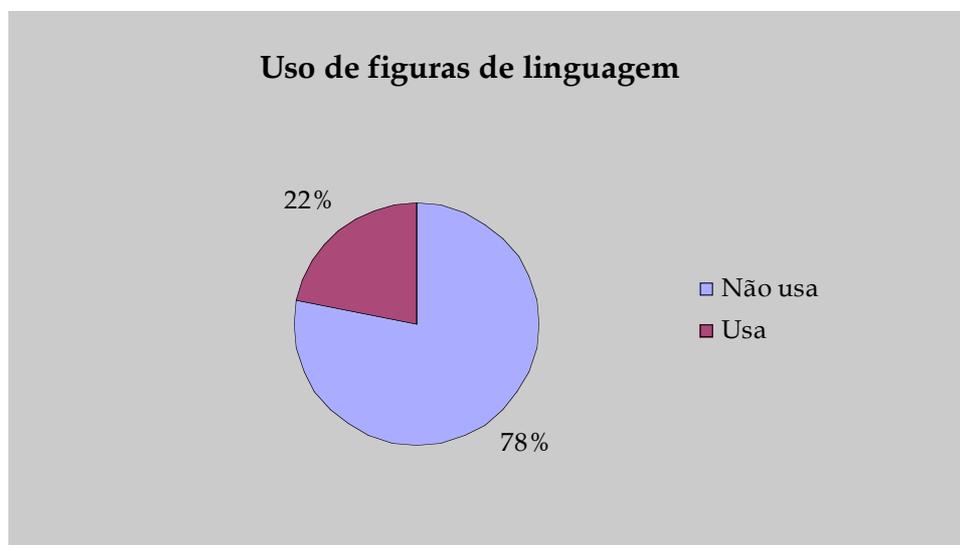
De forma geral, a revista tampouco informa de que maneira os ensaios clínicos, etapa em que os efeitos dos medicamentos são testados em um grande número de voluntários, são conduzidos, apresentando apenas os resultados dos mesmos. Em outros casos, restringe-se a apresentar os mecanismos de ação dos novos medicamentos, anunciados como promessas no tratamento e na cura de doenças, comparando-os ao daqueles de gerações anteriores.

Para não causar um desserviço à população, entretanto, anunciando um medicamento cujos efeitos não estão comprovados de forma ampla, autores recomendam que os remédios só virem notícia após os resultados dos ensaios clínicos serem conhecidos. Em geral, eles são divulgados primeiramente em artigos de revistas científicas, que contam com sistema de revisão de pares.

De acordo com Costa Bueno (2005), em razão de conhecerem os interesses da indústria farmacêutica, os jornalistas são cautelosos com informações provenientes de laboratórios, enxergando, muitas vezes, os *releases* como uma auto-promoção, e não como informação. Os jornalistas preferem buscar dados em fontes como os *journals* científicos, no qual acreditam conter informações que refletem a ciência da forma que a mesma é praticada, embora mesmo essas publicações não sejam totalmente isentas. Com base na análise das reportagens, verifica-se que *Veja* não parece manter esse cuidado, sendo pautada, muitas vezes, somente pelos interesses da indústria da saúde.

De posse das informações obtidas junto a fontes pessoais e impessoais, e revistas científicas, o repórter deve construir um novo discurso, compreensível ao seu público. Uma das formas de traduzir a linguagem específica para uma leiga é por meio de figuras de linguagem.

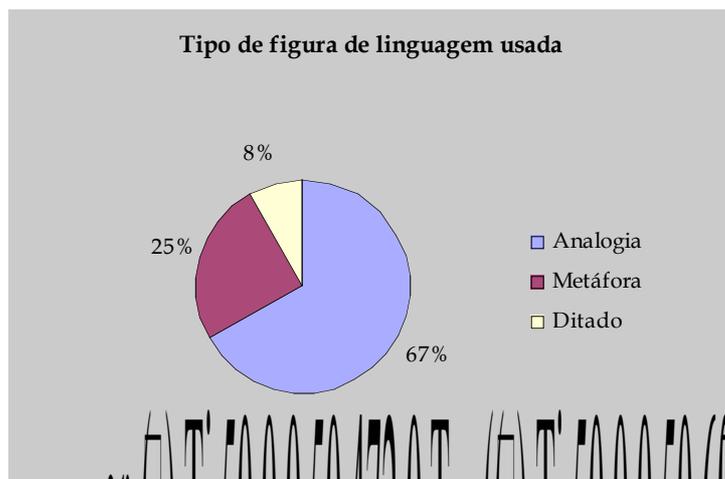
7.12 USO DE FIGURAS DE LINGUAGEM



Muitos temas científicos são abstratos ou complexos demais para os leigos entenderem e, para facilitar a compreensão dos leitores, os teóricos do jornalismo científico e os profissionais da área encorajam a utilização de alguns recursos lingüísticos e literários na construção do texto. Reis (in KREINZ; PAVAN) sugere o uso de figuras de linguagem, afirmando que o repórter deve ter coragem para dispensar a precisão exigida do texto científico preparado por especialistas e apelar para analogias, generalizações e aproximações. Em segundo lugar, complementa o autor, cabe ao repórter principiante treinar o vernáculo e o estilo, a fim de escrever de maneira mais enxuta possível.

Para Burkett (1990), as figuras de linguagem, como a metáfora e a analogia, ajudam a esclarecer dados e informações. Assim, explicar que a insulina funciona como uma chave que abre a porta para a glicose entrar nas células e que, no o diabetes do tipo 2, o segredo dessa chave se modifica, não sendo mais possível conseguir abrir as portas, talvez facilite a compreensão do leitor, mais do que apenas informar que o hormônio responsável por levar a glicose para dentro das células não funciona da forma como deveria no diabetes do tipo 2.

Embora recomendada por muitos autores, as figuras de linguagem não são tão freqüentes quanto se imaginava nas páginas de *Veja*. Elas aparecem em um pouco mais de 20% das matérias de saúde, sendo as analogias as mais freqüente delas, conforme esquema abaixo.



Em grandes quantidades, quando carregada pelo sangue, a insulina age como um arame farpado sendo arrastado pelos vasos sanguíneos. Os danos causados por esse processo são os responsáveis pelas principais complicações do diabetes, como retinopatia, insuficiência renal e quadros de gangrena, entre outras (NEIVA, 2005, p. 91).

Já a metáfora, segunda figura de linguagem mais utilizada, caracteriza-se por descrever um evento, experiência ou pensamento com base em alguma outra coisa, mas sem estabelecer comparações exatas, somente insinuando-as.

Uma outra ferramenta capaz de tornar a leitura mais acessível e compreensível ao leitor é humanizando-a.

7.13 HUMANIZAÇÃO DOS RELATOS



Contar a história através de personagens é uma das formas de aumentar a atenção do leitor, uma vez que pessoas costumam ter interesse em ver como pessoas muito diferentes ou parecidas com elas vivem e trabalham. Para Burkett, “as pessoas gostam de ouvir sobre outras pessoas, especialmente se são famosas, talentosas, incomuns ou expressivas” (1990, p. 128).

A humanização busca aproximar o leitor da informação para torná-la mais

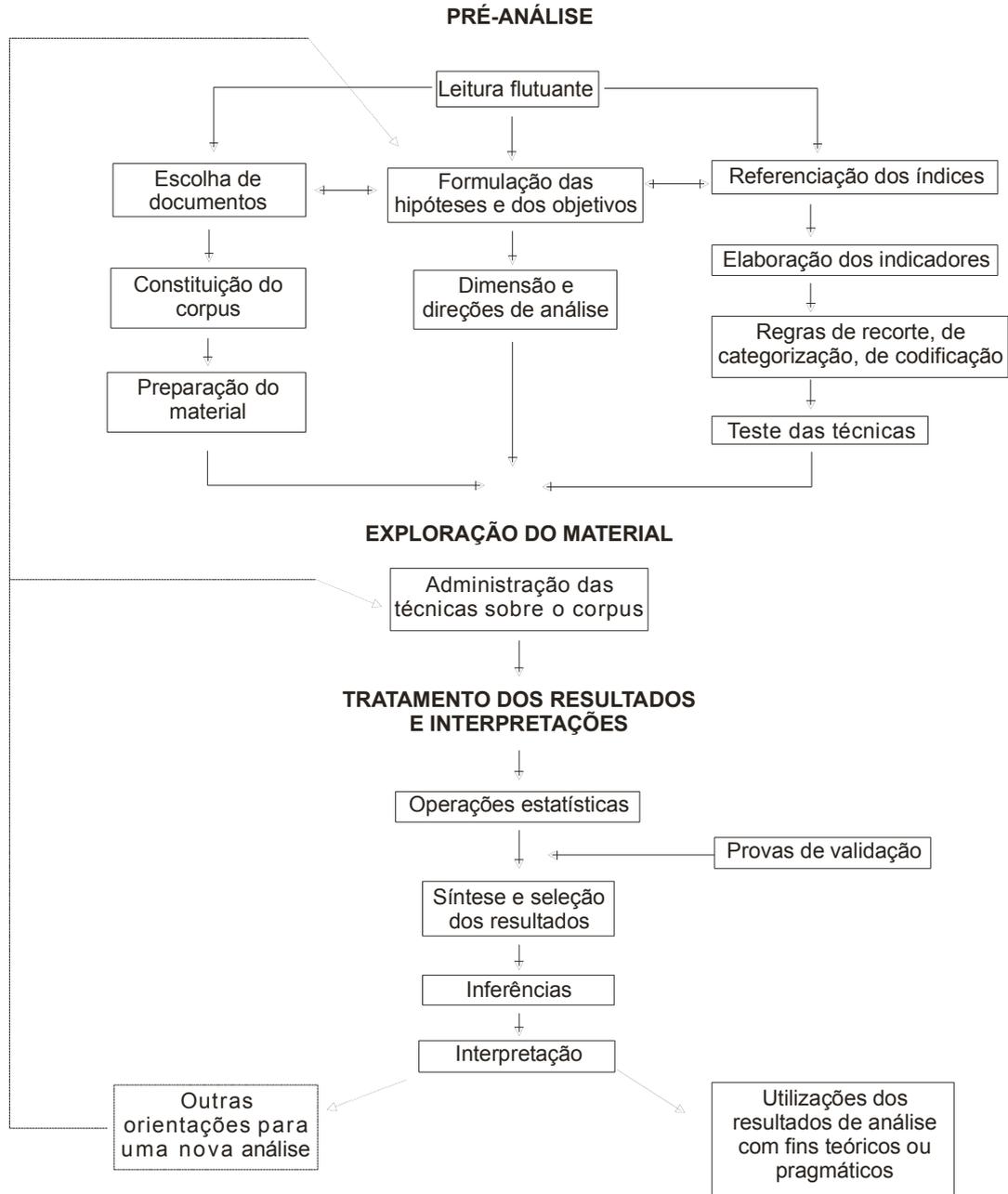
compreensível. Leva-se a informação até o ambiente do leitor, de maneira que ele a sinta e a entenda. Humanizar não significa escrever para o leitor, mas redigir de tal modo que a notícia tenha um sentido para ele. Uma forma simples de humanizar uma história é enquadrar o personagem de um acontecimento no mesmo cenário da maioria dos leitores. Dessa forma, por exemplo, uma matéria sobre câncer se tornará muito mais atraente caso venha acompanhada do relato de uma pessoa que enfrenta ou enfrentou o drama, do que a simples exposição das formas de tratamento e prevenção.

Veja utiliza essa técnica, de forma variada, em cerca de um quarto das matérias analisadas. Em algumas reportagens, os personagens são pacientes que vivem aquela situação descrita, como na matéria sobre a cirurgia de redução do estômago, em que são apresentados casos de pessoas que desenvolveram outros tipos de problemas após o procedimento, como depressão, bulimia, anorexia e alcoolismo. Já em outras reportagens, a revista usa como exemplo algum personagem famoso, como é o caso da matéria sobre os limites da vida e da morte, que tem como ponto de partida o drama da norte-americana Terri Schiavo, que passou 15 anos em estado vegetativo e cujo marido ganhou na Justiça o direito de desligar a máquina que a mantinha viva.

Para humanizar as matérias, Veja também aposta no depoimento de pacientes famosos, como é o caso da reportagem sobre o fim dos mitos do câncer, que reserva grande espaço para o relato de ator Raul Cortez, assim como destaca a experiência da apresentadora de TV Ana Maria Braga. A revista ainda utiliza a técnica para apresentar grupos de pessoas que se encontram numa situação muito particular, como é o caso de um virgem norte-americano que lançou um movimento contra a prática do sexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXO A



ANEXO B

1) Ficha de leitura

Dados da Revista:

- 1) Data:
- 2) Editora:
- 3) Edição:
- 4) Ano:
- 5) Número:
- 6) Diretor de Redação:
- 7) Capa é de reportagem de saúde:
 - 7.1) Título da capa:
 - 7.2) Linha de apoio da capa:

Dados das matérias

- 1) Autor:
- 2) Título:
- 3) Linha de apoio:
- 4) Página inicial/final:
- 5) Número de páginas:

Categorias de tema:

- DST e Reprodução
- Questões alimentares
- Sistema Circulatório
- Medicamentos
- Doenças mentais
- Questões hormonais
- Doenças infecciosas
- Diabetes
- Genética
- Questões neurológicas
- Câncer
- Tabagismo
- Outros

Categorias de critério de noticialidade:

- Relevância/Impacto (grande epidemia, que atinge maior número de pessoas)
- Pioneirismo (originalidade, novidade)
- Polêmica
- Pitoresco (o muito pequeno ou mesmo o muito grande, singularidade)
- Interesse humano (apelam para as chamadas emoções primárias, como amor, piedade, horror, medo, simpatia, ciúme e sacrifício)

Categorias de enfoque principal

- Prevenção
- Diagnóstico
- Tratamento e cura

- Adaptação à doença
- Alerta para riscos e perigos
- Alerta para benefícios
- Outros

Categorias da finalidade - A matéria objetiva apresentar e/ou recomendar:

- Medicamentos e produtos
- Formas de prevenção
- Formas de diagnóstico
- Formas de tratamento
- Estilo de vida e comportamentos
- Nova forma de lidar com a doença
- Nova doença, riscos ou problemas
- Novos benefícios

O que não foi contextualizado:

O que de linguagem científica não foi traduzido:

São apresentadas figuras de linguagem, quais:

Número de fontes:

- nenhuma
- uma
- duas
- três
- quatro
- cinco ou mais

Categorias de vínculo das fontes:

- Hospitais particular
- Hospital público ou universitário
- Universidade
- Órgão público
- Sociedade, associação ou federação médica
- Laboratório ou centro de pesquisa particular

Pesquisa já veiculada em publicação científica. Qual?

Fontes impessoais

Observações

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)